



**CENTRO UNIVERSITÁRIO MAIS – UNIMAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**LUCIANO GONÇALVES DE QUEIROZ**

**IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NAS POLÍTICAS  
EDUCACIONAIS EM GOIÁS: DESAFIOS ESTRUTURAIIS,  
RESPOSTAS EMERGENCIAIS**

**INHUMAS-GO  
2024**

**LUCIANO GONÇALVES DE QUEIROZ**

**IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NAS POLÍTICAS  
EDUCACIONAIS EM GOIÁS: DESAFIOS ESTRUTURAIIS,  
RESPOSTAS EMERGENCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação do Centro Universitário Mais – UNIMAIS –, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Dostoiewski  
Champangnatte.

**INHUMAS-GO  
2024**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Biblioteca Cora Coralina – UniMais**

Q3i

QUEIROZ, Luciano Gonçalves de.

Impactos da pandemia de Covid-19 nas políticas educacionais em Goiás: desafios estruturais, respostas emergenciais / Luciano Gonçalves de Queiroz. Inhumas: UniMais, 2024.

97 p.: il.

Dissertação (mestrado) – Centro Universitário Mais – UniMais, Mestrado em Educação, 2024.

“Orientação: Dr. Dostoiewski Champagnatte”.

1. Educação. 2. Políticas Educacionais. 3. Pandemia de Covid-19. 4. Desigualdades sociais. 5. Neoliberalismo. I. Título.

CDU: 37

**LUCIANO GONÇALVES DE QUEIROZ**

**IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM  
GOIÁS: DESAFIOS ESTRUTURAIS, RESPOSTAS EMERGENCIAIS**

A Banca Examinadora abaixo aprova a dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro Universitário Mais – UNIMAIS, como parte da exigência para obtenção do título de Mestre em Educação.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Dostoiowski Champangnatte (Orientador)  
Centro Universitário Mais – UNIMAIS

---

Prof. Dr.  
Centro Universitário Mais – UNIMAIS

---

Prof. Dr.  
Instituição

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de expressar minha mais profunda gratidão à UniMais/Câmpus Inhumas e aos professores que tiveram uma contribuição essencial para o meu desenvolvimento acadêmico no estudo das políticas públicas. Agradeço imensamente à instituição por ter proporcionado um ambiente favorável à reflexão e ao debate sobre temas tão relevantes para a sociedade. Sou especialmente grato aos professores que, com dedicação, conhecimento e orientação, foram determinantes para a ampliação da minha compreensão e perspectiva sobre esse campo de estudo. Cada aula, discussão e projeto não só contribuíram para o meu crescimento acadêmico, mas também para o meu amadurecimento pessoal e profissional. Reconheço e agradeço todo o apoio, o estímulo e as experiências enriquecedoras que recebi ao longo desta jornada, e ressalto a transformação que essas vivências promoveram em minha trajetória. Espero honrar essas oportunidades aplicando os conhecimentos adquiridos para impulsionar mudanças positivas na minha comunidade e além.

Expresso, ainda, minha sincera gratidão pela orientação e proteção espiritual que me acompanharam ao longo deste percurso acadêmico. Nos momentos de maior desafio e nas fases de trabalho intenso, senti a presença confortadora de uma força superior, que me guiou e me sustentou. Sou profundamente grato por essa proteção espiritual, que me fortaleceu e incentivou a perseverar diante das adversidades. Que essa conexão espiritual continue a iluminar meus caminhos, permitindo-me enfrentar os desafios com coragem e gratidão.

Por fim, manifesto meu agradecimento à minha família, pelo amor incondicional, pelo apoio inabalável e pelo constante encorajamento ao longo desta jornada. Seu suporte foi fundamental em cada etapa, desde os primeiros momentos de estudo até a conclusão deste trabalho.

*“Um país que não colocar dinheiro em ciência e tecnologia, um país que não colocar dinheiro em pesquisa, não será nunca um país. Será um amontoado de gente sem perspectiva de futuro e sem perspectiva de competir em um mundo cada vez mais competitivo”.*

(Luiz Inácio Lula da Silva).

QUEIROZ, Luciano Gonçalves de. **Impactos da pandemia de Covid-19 nas políticas educacionais em Goiás: desafios estruturais, respostas emergenciais.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Mais – UNIMAIS, 2024.

## RESUMO

Este estudo, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário Mais – UniMais, na linha de pesquisa "Educação, Instituições e Políticas Educacionais", examina os impactos da pandemia de Covid-19 nas políticas educacionais brasileiras, com foco nas interações entre as respostas emergenciais e os desafios estruturais já existentes no sistema educacional. O objetivo geral foi compreender as implicações das políticas educacionais implementadas em Goiás durante a pandemia, com ênfase na equidade educacional e na valorização dos profissionais da educação. Os objetivos específicos foram: analisar o cenário educacional no estado, investigar as políticas emergenciais adotadas e avaliar os impactos dessas políticas no contexto pós-pandemia. A metodologia empregada consistiu em uma análise qualitativa das políticas educacionais e dos relatórios oficiais, por meio de uma abordagem crítica sobre as influências do neoliberalismo na educação. A análise revelou uma complexa interação entre a rápida adaptação ao ensino remoto, o uso intensivo de tecnologias educacionais e a exacerbação das desigualdades existentes no acesso à educação, evidenciando a necessidade urgente de reformas estruturais, especialmente em relação à formação docente e ao financiamento educacional. E ainda, a análise das políticas educacionais de Goiás evidenciou o impacto das restrições orçamentárias e das políticas neoliberais, como a intervenção na Universidade Estadual de Goiás (UEG), que reduziu a autonomia universitária, prejudicando a formação de professores e a qualidade do ensino. Embora as políticas emergenciais tenham sido necessárias, elas não foram suficientes para reduzir as disparidades sociais, revelando desafios contínuos para a valorização dos profissionais da educação e a equidade educacional. A eficácia das medidas adotadas, considerando as limitações orçamentárias impostas pela Lei Complementar n.º 173/2020 e as controvérsias sobre o piso salarial dos professores, apontou para a necessidade de um equilíbrio entre a intervenção estatal e a eficiência do mercado para uma recuperação educacional robusta e equitativa. Os resultados denotam a importância de integrar reformas estruturais na política educacional, comparando abordagens internacionais e considerando os impactos das mudanças econômicas e políticas para um desenvolvimento educacional sustentável e inclusivo.

**Palavras-chave:** Pandemia de Covid-19. Políticas educacionais. Ensino remoto. Desigualdades sociais. Neoliberalismo.

QUEIROZ, Luciano Gonçalves de. **The Impacts of the COVID-19 Pandemic on Educational Policies in Goiás: Structural Challenges, Emergency Responses.** Dissertation (Master's in Education) – Centro Universitário Mais – UNIMAIS, 2024.

## ABSTRACT

This study, developed in the Graduate Program in Education at Centro Universitário Mais — UniMais, in the research line "Education, Institutions, and Educational Policies," examines the impacts of the COVID-19 pandemic on Brazilian educational policies, focusing on the interactions between emergency responses and the pre-existing structural challenges in the educational system. The general objective was to understand the implications of the educational policies implemented in Goiás during the pandemic, with an emphasis on educational equity and the appreciation of education professionals. The specific objectives were: to analyze the educational scenario in the state, investigate the emergency policies adopted, and evaluate the impacts of these policies in the post-pandemic context. The methodology employed consisted of a qualitative analysis of educational policies and official reports, using a critical approach regarding the influences of neoliberalism in education. The analysis revealed a complex interaction between the rapid adaptation to remote learning, the intensive use of educational technologies, and the exacerbation of existing inequalities in access to education, highlighting the urgent need for structural reforms, especially concerning teacher training and educational financing. Furthermore, the analysis of Goiás' educational policies demonstrated the impact of budgetary restrictions and neoliberal policies, such as the intervention in the State University of Goiás (UEG), which reduced university autonomy, negatively affecting teacher training and teaching quality. Although emergency policies were necessary, they were insufficient to reduce social disparities, revealing ongoing challenges in the valorization of education professionals and educational equity. The effectiveness of the measures adopted, considering the budgetary constraints imposed by Complementary Law No. 173/2020 and controversies over the teachers' salary floor, pointed to the need for a balance between state intervention and market efficiency for a robust and equitable educational recovery. The results underscore the importance of integrating structural reforms into educational policy, comparing international approaches, and considering the impacts of economic and political changes for sustainable and inclusive educational development.

**Keywords:** Covid-19 pandemic. Educational policies. Remote learning. Social inequalities. Neoliberalism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ações ordinárias Petrobras.....	54
Figura 2 – Desempenho de jovens de 15 anos em Leitura, Matemática e Ciências (Pisa 2018).....	62
Figura 3 – Impacto orçamentário com a implementação do “Piso Magistério” 2023 .	80

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAEs	- Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais
AVA	- Ambiente Virtual de Aprendizagem
BNCC	- Base Nacional Comum Curricular
CE	- Comissão Europeia
CEE/GO	- Conselho Estadual de Educação de Goiás
CEPFOR	- Centro de Estudo, Pesquisa e Formação dos Profissionais de Educação
CF/1988	- Constituição Federal de 1988
CNE	- Conselho Nacional de Educação
DC-GO	- Documento Curricular de Goiás
EAD	- Ensino à Distância
EFAs	- Escolas Família Agrícola
FMI	- Fundo Monetário Internacional
GOIÁS TEC	- Goiás Tecnológico
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	- Ministério da Educação
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	- Organização Mundial do Comércio
OMS	- Organização Mundial da Saúde
ONGs	- Organizações não Governamentais
ONU	- Organização das Nações Unidas
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	- Produto Interno Bruto
PISA	- Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PNE	- Plano Nacional de Educação
PPA	- Plano Plurianual
REANP	- Regime de Aulas Não Presenciais
SEDUC-GO	- Secretaria de Estado da Educação de Goiás
SINTEGO	- Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás
TCE-GO	- Tribunal de Contas do Estado de Goiás
UEG	- Universidade Estadual de Goiás
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO DO CENÁRIO EDUCACIONAL DURANTE A PANDEMIA.....</b>	<b>18</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DURANTE A PANDEMIA.....	18
1.2 CONTEXTO EDUCACIONAL EM GOIÁS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 .....	23
1.3 DEFINIÇÃO DE CICLOS DE POLÍTICAS.....	26
1.4 CICLOS DE POLÍTICAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA.....	33
<b>CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DURANTE A PANDEMIA.....</b>	<b>39</b>
2.1 ANÁLISE DE ESTUDOS :CICLOS DE POLÍTICAS EM CONTEXTOS DE CRISE .....	39
2.2 EXPLORANDO AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS.....	48
2.3 A INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DESAFIOS, POLÍTICAS E PARCERIAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA E DA GLOBALIZAÇÃO.....	55
2.4 POLÍTICAS EDUCACIONAIS ADOTADAS EM DIFERENTES PAÍSES.....	60
<b>CAPÍTULO 3 – AVALIAÇÃO E ADAPTAÇÃO CONTÍNUA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS.....</b>	<b>66</b>
3.1 REFLEXÕES SOBRE A CONTINUIDADE E A SUSTENTABILIDADE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PÓS-PANDEMIA.....	66
3.2 O IMPACTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO EM GOIÁS: DESAFIOS PARA A GESTÃO EDUCACIONAL, VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS E INICIATIVAS TECNOLÓGICAS.....	74
3.3 DESAFIOS E CONTRADIÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM GOIÁS: ANÁLISE DAS MEDIDAS ADOTADAS E IMPACTOS NO CONTEXTO POLÍTICO E PANDÊMICO.....	79
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>86</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>89</b>



## INTRODUÇÃO

Fazer parte de um grupo social ou de uma cultura específica suscita reflexões sobre o percurso individual de cada pessoa, incluindo sua trajetória educacional e a formação de sua identidade como cidadão. Nesse contexto, podemos destacar a relevância da escola no processo de construção do indivíduo em sua relação com a sociedade. A instituição educacional desempenha um papel essencial na formação do sujeito, influenciando não apenas sua educação formal, mas também sua compreensão de mundo, seus valores e suas interações sociais. Assim, a escola contribui ativamente para a moldagem da identidade do aluno, orientando-o no desenvolvimento de sua visão de mundo e de seu papel social.

Ser professor e refletir sobre como se dá o processo de ensino e aprendizagem implica revisitar memórias afetivas sobre a relação escolar e o papel da escola, o que nos remete à ideia da educação como elemento de transformação social. Esse olhar, na perspectiva diacrônica, remonta à minha experiência na década de 1980, em uma escola rural com sala multisseriada, cadeiras coletivas, quadro, giz e uma cartilha que, ao ser concluída, era reiniciada devido à escassez de material didático. A tecnologia de que dispúnhamos na época limitava-se ao livro. Antes de explorarmos os textos em sala de aula com o professor, líamos uma história de cada vez, evitando esgotar todas de uma só vez. Naquele tempo, nossa "tecnologia" era o cheiro do livro, as cores das capas e das ilustrações que acompanhavam os textos. Esses elementos, juntamente com a curiosidade sobre o desfecho de cada história, estimulavam nossa imaginação. Lembro-me de ler um texto por dia para prolongar o prazer da leitura, e muitas vezes relia as histórias para reviver os personagens e os enredos em minha mente.

Estudei em uma escola rural durante o Ensino Fundamental, na época denominado 1ª fase, que correspondia até a 4ª série. A partir desse ponto, os alunos que desejassem continuar seus estudos precisavam se deslocar para a cidade de Itapuranga, Goiás, sendo as famílias responsáveis por custear o transporte. Como era comum na década de 1980, meus pais, assim como os de outros alunos da comunidade, não haviam completado o Ensino Fundamental. A escola contava com apenas um professor, responsável por todas as disciplinas, e uma merendeira. Não havia energia elétrica, e a água era retirada da cisterna com balde e carretilha. Além disso, os professores não possuíam formação superior. Trago na memória o ano de

1995, quando um movimento de pais buscou transporte escolar gratuito para os alunos a partir do 5º ano. Esse esforço resultou na conquista do transporte até Itapuranga, o que provocou o fechamento de várias escolas rurais e marcou o início de um novo ciclo educacional. Por um lado, esse processo de migração para escolas urbanas reduzia custos; por outro, deu origem a novas políticas educacionais. Hoje, restam apenas resquícios da antiga escola, com a imponente Serra Dourada ao fundo e a floresta ao lado, além das memórias afetivas, mas essa é uma outra história.

As ações educacionais são sempre planejadas sob a ótica dos gestores e acabam impactando diretamente a realidade do ensino e o convívio escolar. Lembro que, ao sair do sistema multisseriado, fui transferido para uma escola onde as turmas da 5ª série eram organizadas por letras, que definiam as salas conforme a idade dos alunos. Essa nova estrutura trouxe uma realidade diferente, com impactos sociais e culturais no acesso ao ensino em um ambiente urbano. Durante o processo de adaptação até o Ensino Médio, foi necessário comprar os livros didáticos, o que representava um desafio, especialmente para aqueles que, como eu, trabalhavam para ajudar a família. Nesse período, optei pelo ensino noturno, pois trabalhava na agricultura familiar durante o dia. Mais tarde, concluí o Ensino Médio e cursei graduação em Letras — Português, Inglês e suas respectivas Literaturas. Vale destacar que, após a conclusão do Ensino Médio, iniciei, junto com minha família, a produção de mamão papaia. Posteriormente, um dos meus irmãos ingressou no Instituto Federal Goiano (IFG), onde cursou Técnico Agrícola, o que nos permitiu expandir essa cultura agrícola na região. Permaneci nessa atividade até concluir o Ensino Superior e ingressar, por meio de concurso público, na rede estadual como professor de Língua Portuguesa.

O fato de me tornar professor ocorreu, em parte, devido ao movimento expansionista da Universidade Estadual de Goiás (UEG), que possibilitou a oferta de cursos superiores em cidades do interior. Além disso, fui influenciado por ter uma irmã professora e por meu pai, que era um contador de histórias. Antes de me envolver na prática docente, acreditava que ser professor se resumia a contar histórias, inspirado pela ideia de transmitir conhecimento de maneira envolvente. Também almejava uma realidade diferente da vivida na zona rural, onde a perspectiva de permanecer como produtor rural por toda a vida me inquietava. Desejava uma mudança, e ser professor me parecia uma forma de alcançar isso,

pois, além de me identificar com a profissão, via na docência a oportunidade de ensinar, continuar estudando e ter uma remuneração justa. Em 2007, ingressei na rede estadual e municipal de ensino por meio de concurso público.

Atuei como professor por quatro anos, e durante esse período, cursei Pedagogia, Educação Física e fiz uma pós-graduação em Linguística. No final de 2010, senti a necessidade de explorar novas possibilidades e, por isso, ingressei na carreira militar como soldado, após aprovação em concurso público. Contudo, pedi exoneração pouco tempo depois, pois não concordava com certas metodologias aplicadas durante a formação. Um episódio marcante foi quando o comandante determinou que um soldado prestasse continência a um poste por um longo período, como forma de aprender a execução correta do gesto, o que considerei desrespeitoso e inadequado.

Após essa experiência, retornei ao sistema educacional e assumi a função de gestor por sete anos e seis meses, sendo eleito pela comunidade escolar para dois mandatos no Colégio Estadual Vila São José, em Itapuranga – GO. Posteriormente, atuei como coordenador e professor no Ensino Médio, na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e no Ensino Fundamental. Quando a pandemia chegou, em 2020, senti-me frustrado por não conseguir alcançar os objetivos educacionais e por enfrentar dificuldades de comunicação com os alunos. Nesse contexto, surgiu a oportunidade de me candidatar a vereador, e, em 2021, fui eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para o mandato de 2021 a 2024.

Há um processo contínuo de construção de identidade e posicionamento político no ato de ser professor, que envolve a formação e experiência profissional, as políticas educacionais, o engajamento político, a cultura escolar, além dos valores pessoais e éticos. Esse processo também é influenciado por pressões externas e desafios, que resultam em mudanças nas prioridades políticas, moldando as atitudes dos professores em relação ao sistema educacional. Nesse sentido, como pesquisadores, devemos explorar o ciclo das políticas públicas implantadas durante a pandemia, desde o reconhecimento inicial da ameaça até as respostas implementadas para lidar com os desafios daquela crise sanitária.

A construção e a manutenção da rede pública de ensino, utilizada durante a pandemia, passou por diferentes fases e ciclos de implantação de políticas, que precisam ser investigadas a partir do momento em que a pandemia foi reconhecida. Isso inclui a formulação de planos de contingência por meio de portarias e decretos,

a implementação de medidas de controle emergencial, a comunicação com a comunidade escolar, o desenvolvimento de políticas para mitigar os impactos sociais e econômicos da pandemia, a distribuição de vacinas, a reabertura gradual das atividades educacionais e o monitoramento contínuo, com ajustes das medidas conforme as condições epidemiológicas. Houve, ainda, a necessidade de flexibilidade para adaptação às mudanças.

Essa conjuntura teve implicações diretas no processo de ensino-aprendizagem. A pandemia de Covid-19 trouxe impactos significativos para a educação, que precisam ser analisados à luz de diversas transformações, como o desenvolvimento tecnológico acelerado, a globalização do ensino, a flexibilização dos métodos de ensino, a redução de custos e as parcerias público-privadas na educação, em que empresas privadas passaram a desempenhar um papel mais proeminente na oferta de serviços educacionais e tecnológicos. Também observamos a tendência de individualização do ensino, concedendo maior autonomia ao aluno, em um contexto de implementação de políticas neoliberais.

As políticas implementadas pelos sistemas educacionais em resposta à pandemia impactaram significativamente a qualidade do ensino. Reconhecemos a influência de diversos fatores no processo educacional, como o uso de tecnologias educacionais e as desigualdades de acesso à informação. Além disso, questões como a saúde mental de discentes e docentes, o envolvimento dos pais na educação, as condições socioeconômicas dos estudantes, os programas de formação de professores e as tendências que moldam o futuro da educação são aspectos que também merecem destaque.

Frente às transformações nos processos de comunicação educacional, os novos cenários do processo de ensino e aprendizagem durante a pandemia e a necessidade de reflexão sobre as práticas pedagógicas, propomos uma abordagem que explore a relação entre professor e aluno no contexto das aulas remotas e híbridas, além das ferramentas pedagógicas disponíveis. A pandemia trouxe à tona desafios que exigem novas estratégias para garantir a qualidade da educação, ao mesmo tempo em que destacam a importância de uma interação pedagógica adaptada ao cenário emergente.

A integração de novas tecnologias à educação, o ensino em uma cultura digital e o diálogo com a multiculturalidade, que abrange fatores socioeconômicos e ideológicos em uma sociedade desigual, são questões que demandam investigação.

Nossa proposta é analisar o impacto dessas mudanças no contexto educacional, com foco no ensino público, à luz das políticas públicas educacionais e da influência do neoliberalismo, especialmente a partir da crise pandêmica, instaurada em 11 de março de 2020.

O ensino sob uma nova perspectiva, desencadeada pelo isolamento social e pela restrição de atividades presenciais, trouxe à tona a necessidade de uma relação dialógica entre alunos e professores, considerando as especificidades metodológicas envolvidas no processo de ensino e aprendizagem. Essa nova realidade provoca reflexões sobre as políticas públicas e a urgência de repensar a educação como uma ferramenta de transformação social.

A incorporação das tecnologias digitais à prática docente está intrinsecamente ligada às políticas públicas de educação e à formação e capacitação dos professores. Para que o processo de ensino e aprendizagem seja eficaz e adaptado à realidade atual, é necessário que ele seja dinâmico, resolutivo e eficiente, atendendo às demandas tanto dos educadores quanto dos estudantes.

Com o agravamento da pandemia de Covid-19, as dificuldades no uso de tecnologias digitais em rede se tornaram evidentes, especialmente considerando as desigualdades estruturais do Brasil. O acesso à internet de qualidade, essencial para a educação remota, é limitado para muitas regiões e camadas da população. Além disso, muitos professores não estavam devidamente preparados ou capacitados para utilizar as novas ferramentas tecnológicas de forma eficaz.

Entende-se que a pandemia de Covid-19 impactou profundamente as políticas educacionais no Brasil, trazendo desafios estruturais e demandando respostas emergenciais por parte do poder público. A transição abrupta para o ensino remoto revelou desigualdades já existentes, como o acesso limitado à tecnologia e à internet, além de fragilidades na formação docente para o uso de ferramentas digitais. No estado de Goiás, a implementação do Regime de Aulas Não Presenciais (REANP) buscou garantir a continuidade do ensino, mas também evidenciou lacunas na inclusão digital e na adequação curricular às novas demandas pedagógicas.

Neste contexto, o presente estudo propõe-se a estabelecer uma relação dialógica no ensino, focada na reestruturação das práticas educacionais. Isso envolve a teorização e a análise das políticas públicas implementadas, visando ao encontro entre alunos e professores e à construção do conhecimento através de

diálogos significativos no processo educacional, com destaque para os impactos do ensino até o presente momento.

Diante das mudanças impostas pela pandemia, esta pesquisa busca responder à seguinte questão: quais foram os desafios e impactos da implementação das políticas educacionais emergenciais no estado de Goiás, especialmente no contexto do ensino remoto e híbrido? A crise sanitária exigiu respostas rápidas e adaptações no setor educacional, afetando gestores, docentes e alunos.

Assim, o objetivo geral do estudo é compreender o impacto das políticas educacionais implementadas em Goiás durante a pandemia de Covid-19, analisando suas implicações para a equidade educacional, a valorização dos profissionais da educação e a reestruturação do ensino público no estado. Para isso, o estudo se desdobra em objetivos específicos, quais sejam:

- analisar o cenário educacional em Goiás durante a pandemia de Covid-19, investigando as políticas emergenciais implementadas, com foco no Regime de Aulas Não Presenciais (REANP) e suas implicações para o ensino remoto e híbrido;
- examinar as políticas educacionais desenvolvidas e implementadas no contexto da pandemia, considerando a influência do neoliberalismo na gestão educacional, no financiamento da educação e na valorização dos profissionais do ensino;
- avaliar os impactos e as adaptações das políticas educacionais em Goiás no pós-pandemia, destacando os desafios para a equidade educacional, a formação docente e as perspectivas para a continuidade das políticas públicas no estado.

A justificativa para a realização desta pesquisa reside na necessidade de compreender como a pandemia influenciou a formulação e implementação das políticas educacionais, destacando os desafios estruturais do ensino público no Brasil. A crise sanitária não apenas expôs, mas também aprofundou desigualdades sociais e educacionais, tornando-se um momento crucial para refletir sobre a capacidade do Estado em garantir o direito à educação de forma equitativa. Além disso, o estudo contribui para o debate sobre a relação entre neoliberalismo e políticas educacionais, considerando os impactos da flexibilização curricular e da

privatização de serviços educacionais. Ao analisar a experiência de Goiás, intentamos oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas no futuro.

Metodologicamente, adotamos uma abordagem qualitativa, baseada na análise documental e na revisão bibliográfica sobre políticas educacionais e ensino remoto. Serão examinados documentos oficiais, como legislações, portarias e relatórios da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC-GO), além de artigos científicos e estudos sobre o impacto da pandemia na educação. O referencial teórico do ciclo de políticas foi utilizado para compreender as etapas de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas educacionais. Além disso, a análise comparativa com experiências internacionais permitirá identificar boas práticas e desafios comuns, fornecendo uma visão ampla das transformações educacionais ocorridas no período pandêmico.

## CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO DO CENÁRIO EDUCACIONAL DURANTE A PANDEMIA

Durante o período pandêmico, diversas ações foram implementadas, sendo essas ações regulamentadas por políticas educacionais que surgiram em resposta à pandemia de Covid-19. Contudo, a eficácia dessas políticas variou em sua implementação, dependendo das condições locais e das instituições de ensino que adotaram métodos de ensino remoto para garantir a continuidade das atividades educacionais. Essas abordagens incluíram aulas virtuais, videoconferências e o uso de plataformas educacionais *on-line*, como transmissões de vídeo, *podcasts* e ferramentas colaborativas, incluindo *Google Docs*, *Sheets* e *Slides*, além de Plataformas de Educação a Distância (EAD).

Neste capítulo, apresentaremos uma visão geral do contexto educacional brasileiro no período da pandemia e, mais especificamente, em Goiás. Discutiremos diferentes fases do ensino e como as instituições se adaptaram às novas diretrizes de ensino remoto e híbrido. E ainda, serão examinados os ciclos de políticas educacionais que emergiram nesse cenário, destacando as transformações necessárias para a continuidade do aprendizado e a inclusão de tecnologias educacionais.

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DURANTE A PANDEMIA

Em 11 de março de 2020, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, anunciou, em Genebra, Suíça, que a Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, era oficialmente caracterizada como uma pandemia. A OMS declarou formalmente a pandemia da COVID-19, uma enfermidade causada pelo coronavírus Sars-Cov-2, que se revelou altamente contagiosa e capaz de causar danos severos ao sistema imunológico, levando algumas pessoas à morte (UNASUS, 2020). Diante da falta de conhecimento sobre tratamentos eficazes e do aumento alarmante no número de casos e fatalidades em todo o mundo, emergiram como medidas fundamentais para conter a disseminação do vírus o uso de máscaras e, especialmente, o isolamento social.

Diante desses fatos, o Conselho Nacional de Educação (CNE), considerando

as implicações da pandemia no fluxo do calendário escolar, tanto na educação básica quanto na educação superior, posicionou-se publicamente para orientar os sistemas e redes de ensino de todos os níveis, etapas e modalidades que necessitassem reorganizar suas atividades acadêmicas ou de aprendizagem em decorrência da suspensão das atividades escolares devido a ações preventivas contra a propagação da Covid-19. O comunicado objetivou esclarecer as orientações e recomendações destinadas aos sistemas e redes de ensino em todos os níveis, etapas e modalidades que necessitavam reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem devido à suspensão das aulas, decorrente das medidas preventivas adotadas para conter a propagação do vírus.

A iniciativa do CNE demonstrou-se sensível e proativa diante dos desafios impostos pela pandemia, reconhecendo a necessidade de flexibilidade e adaptação por parte das instituições educacionais. A ênfase na reorganização das atividades acadêmicas evidenciou também a importância de garantir a continuidade do processo educacional, mesmo frente às interrupções causadas pela crise de saúde pública.

A nota de esclarecimento do CNE e do Ministério da Educação (MEC), divulgada em 18 de março de 2020, apresentou ações preventivas fundamentadas na CF/1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e na Portaria MEC n.º 2.117, de 6 de dezembro de 2019.

A abordagem reconheceu a complexidade da situação e a necessidade de adaptação às circunstâncias locais. A orientação para considerar a aplicação de dispositivos legais em articulação com as normas das autoridades competentes destacou a importância da colaboração entre diferentes níveis de governo e sistemas de ensino. A ênfase na autonomia dos sistemas de ensino, redes e instituições para gerenciar seus calendários e organizar atividades acadêmicas e escolares sugeriu uma abordagem descentralizada, possibilitando que as decisões fossem tomadas de acordo com as condições específicas de cada local, levando em consideração as peculiaridades regionais e as melhores práticas recomendadas pelas autoridades competentes. Essa orientação buscou guiar as instituições educacionais na gestão de suas atividades, fornecendo diretrizes gerais enquanto preservava a flexibilidade necessária para enfrentar os desafios imprevisíveis associados à pandemia.

Outro aspecto relevante da nota foi a importância do alinhamento com as

normas e a legislação vigente, indicando que essa autonomia deveria se sobrepôr às diretrizes estabelecidas pelos órgãos de supervisão permanente do sistema de ensino correspondente. Essa coordenação visava assegurar que as decisões tomadas estivessem em conformidade com as políticas educacionais e regulamentações em vigor.

A menção à articulação com dirigentes municipais, estaduais e do Distrito Federal ressaltou a importância da colaboração entre diferentes esferas do governo na busca de soluções adaptadas às necessidades específicas de cada região. Nesse contexto, a autonomia não implicava isolamento, e sim uma gestão responsável e alinhada com as diretrizes estabelecidas pelas instâncias superiores.

A orientação estabelecia que, durante o processo de reorganização dos calendários escolares, a reposição de aulas e a realização de atividades escolares deveriam ser efetivadas de maneira a preservar o padrão de qualidade estipulado nas legislações fundamentais. Especificamente, fez referência ao inciso IX do artigo 3º da LDB e ao inciso VII do artigo 206 da CF/1988.

A menção ao inciso IX do artigo 3º da LDB destacou o compromisso com a qualidade da educação, ressaltando a necessidade de garantir que qualquer ajuste no calendário escolar não comprometesse o padrão educacional estabelecido na legislação. Esse inciso aborda a qualidade como um princípio norteador do ensino no Brasil.

A referência ao inciso VII do artigo 206 da CF/1988 reforçou a garantia da qualidade educacional como um dos princípios fundamentais do ensino no país. A Constituição, ao estabelecer a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, enfatizou a importância de manter os padrões de qualidade, mesmo em situações excepcionais decorrentes de circunstâncias extraordinárias, como as enfrentadas durante a pandemia.

Por sua vez, a referência à Portaria MEC n.º 2.117/2019 ressaltou a importância de seguir as regulamentações específicas estabelecidas pelo MEC. Essa portaria, que trata da oferta de cursos de graduação na modalidade EaD, fornece diretrizes e critérios que devem ser considerados pelas instituições de ensino superior ao adotarem essa modalidade.

A nota enfatiza a responsabilidade das autoridades dos sistemas de ensino, englobando os níveis federal, estadual, municipal e distrital, no exercício da condução de seus respectivos projetos pedagógicos e sistemas de ensino. O

direcionamento do texto aponta para a importância de observar as normativas estabelecidas, destacando a necessidade de estar em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.

Ademais, o texto sugere um equilíbrio entre a autonomia das autoridades dos sistemas de ensino e a necessidade de regulamentação, indicando que a autorização para atividades a distância deve seguir diretrizes estabelecidas por normativas específicas. Busca-se, com isso, assegurar a qualidade e a legalidade das práticas educacionais, considerando o contexto normativo vigente.

A nota faz referência à autorização para a realização de atividades a distância nos seguintes níveis e modalidades: I - Ensino Fundamental, conforme disposto no § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394/1996; II - Ensino Médio, de acordo com o § 11 do art. 36 da mesma Lei; III - Educação Profissional Técnica de Nível Médio; IV - Educação de Jovens e Adultos; e V - Educação Especial. Com relação ao Ensino Fundamental, o § 4º do art. 32 da LDB de 1996 estabelece que: “§ 4º O Ensino Fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais” (Brasil, 1996, n. p.). Esse parágrafo refere-se ao exercício da autonomia e da responsabilidade das autoridades dos sistemas de ensino federal, estaduais, municipais e distrital na condução de seus projetos pedagógicos, especialmente no que diz respeito à modalidade de ensino a distância. O embasamento legal é reforçado pelo Decreto nº 9.057/2017.

Observa-se que o § 4º destaca uma ressalva importante em relação ao Ensino Fundamental, determinando que este deve ser presencial. No entanto, o ensino a distância pode ser utilizado nesse nível como forma de complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais. Essa disposição permite a utilização do ensino a distância em circunstâncias específicas, como ferramenta complementar ou em situações emergenciais, como ocorreu durante a pandemia de Covid-19.

Com relação ao Ensino Médio, conforme disposto no § 11 do art. 36 da LDB de 1996, há uma proposta de flexibilidade na organização do currículo, permitindo diferentes arranjos curriculares de acordo com a relevância para o contexto local e as possibilidades dos sistemas de ensino. Essa flexibilidade possibilita a adaptação do currículo para atender às necessidades e características específicas de cada local, assegurando uma implementação efetiva.

Art. 36. O currículo do Ensino Médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

[...]

§ 11. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do Ensino Médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação (Brasil, 1996, n. p.).

Essa possibilidade de reconhecimento de competências e a formação de convênios com instituições de EaD para cumprir as exigências curriculares introduzem uma abordagem flexível na avaliação do aprendizado. Isso permite que os sistemas de ensino considerem conhecimentos e habilidades adquiridos de diferentes maneiras, não necessariamente vinculadas a uma abordagem tradicional de sala de aula. Assim, abre-se espaço para uma avaliação mais abrangente das habilidades dos estudantes, reconhecendo suas aptidões e conhecimentos adquiridos fora do ambiente escolar convencional.

Esse critério assegura que os acordos estabelecidos para o cumprimento das exigências curriculares sejam firmados com instituições devidamente reconhecidas por sua competência e padrões de ensino. Assim, as formas de comprovação mencionadas indicam que os sistemas de ensino podem estabelecer critérios específicos para verificar a adequação e a qualidade das competências reconhecidas, bem como dos convênios firmados. Isso sugere um cuidado em garantir que os acordos estejam alinhados com as normas e padrões estabelecidos pelos sistemas de ensino.

Portanto, a flexibilidade e a abertura para reconhecer competências de diferentes maneiras, incluindo a possibilidade de firmar convênios com instituições de educação a distância de notório reconhecimento, dependem da conformidade das formas de comprovação com as exigências estabelecidas pelos sistemas de ensino.

Nesse contexto, importa mencionarmos o Decreto-Lei n.º 1.044, de 21 de outubro de 1969, trata do tratamento excepcional para alunos portadores de afecções especificadas. Essa legislação brasileira aborda a dispensa temporária de estudantes que sofrem de moléstias infectocontagiosas. O decreto foi promulgado com o objetivo de lidar com situações em que alunos estavam impedidos de frequentar as aulas devido a condições de saúde que representavam riscos de

contaminação, tanto para si mesmos quanto para outros estudantes.

Essa abordagem respeita os parâmetros e limites legais, reconhecendo que a legislação permite certa flexibilidade, especialmente em situações excepcionais. O referido decreto-lei é citado como uma base legal que permite aos sistemas educacionais adotarem medidas para atender estudantes que, direta ou indiretamente, correm riscos de contaminação.

A possibilidade de atender estudantes em seus domicílios é destacada como uma medida que considera a segurança e o bem-estar dos alunos, especialmente em contextos que envolvem riscos de contaminação. Isso evidencia uma resposta proativa às circunstâncias que envolvem a preservação da saúde dos estudantes em emergências, como foi evidenciado durante a pandemia de Covid-19.

## 1.2 CONTEXTO EDUCACIONAL EM GOIÁS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Diante da necessidade de adaptação emergencial ao ensino remoto, o Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE/GO) publicou a Resolução n.º 02/2020, de 17 de março de 2020, que regulamentou o REANP no sistema educativo estadual como estratégia para conter a disseminação da Covid-19. A medida estabeleceu diretrizes para a continuidade das atividades escolares, exigindo que as unidades de ensino reorganizassem suas metodologias pedagógicas para se adequarem ao novo modelo de ensino.

A implementação do REANP trouxe desafios significativos para a rede estadual de ensino, principalmente no que se refere à garantia da equidade no acesso às atividades educacionais. De acordo com a Nota Técnica publicada pelo CEE/GO, em 22 de abril de 2020, a adoção do ensino remoto deveria ser acompanhada de estratégias para assegurar a interação entre professores, alunos e toda a comunidade escolar. A orientação do comitê educacional enfatizou a necessidade de que as práticas pedagógicas fossem mediadas por tecnologias digitais, mas também contemplassem outras ferramentas que garantissem a acessibilidade dos estudantes sem acesso à internet. Assim, foram implementadas ações pedagógicas como a produção de materiais didáticos impressos, videoaulas transmitidas por redes sociais e conteúdos disponibilizados em plataformas virtuais, como a NetEscola.

Nesse contexto, houve a necessidade de utilizar ferramentas tecnológicas, como plataformas digitais, que proporcionam uma interação mais flexível em relação ao tempo dos alunos e facilitam a acessibilidade às aulas. *Softwares* de aprendizagem *on-line* contribuíram para um ensino tanto síncrono quanto assíncrono, abrangendo também a avaliação dos estudantes. Outro aspecto relevante foi a formação de professores, destacando-se iniciativas como o Centro de Estudo, Pesquisa e Formação dos Profissionais de Educação (CEPFOR), que investiu na capacitação de educadores para a adaptação ao ensino remoto, oferecendo treinamento em tecnologias educacionais e estratégias de ensino *on-line*.

Contudo, sabemos que a realidade das escolas públicas, especialmente no que se refere à disponibilidade de recursos tecnológicos, impõe desafios adicionais. Diante disso, entendemos que as intervenções, com ou sem o uso de tecnologia, eram essenciais para garantir a continuidade das interações educacionais com os discentes. Apesar dessas iniciativas, a adoção do ensino remoto expôs desigualdades estruturais no sistema educacional. Muitos estudantes da rede pública não possuíam dispositivos eletrônicos ou acesso adequado à internet para acompanhar as atividades propostas. Além disso, a adequação dos professores a essa nova realidade demandou formações emergenciais para o uso de tecnologias educacionais e estratégias de ensino híbrido. Esse cenário evidenciou a necessidade de políticas públicas mais estruturadas para enfrentar os desafios impostos pela pandemia e garantir o direito à educação de forma equitativa.

No artigo “Crise da sociedade, crise da educação: desafios políticos e perspectivas pedagógicas para a educação escolar”, Tiballi (2020, p. 9) discorre sobre o fenômeno da crescente oferta de soluções tecnológicas para as escolas, afirmando que:

A par desta constatação, e não por acaso, há uma corrida empresarial mercadológica que oferece cotidianamente para as escolas novos artefatos tecnológicos, plataformas digitais, softwares, programas instrucionais, formulários de avaliação/mensuração já elaborados, adereços ou itens complementares para as plataformas que vão agregando formas consideradas mais facilitadoras do ensino e da aprendizagem, tudo pronto e finalizado conforme a lógica algorítmica das tecnologias digitais e voltados para o mercado educacional consumidor.

O contexto de pandemia acelerou o engajamento do mercado empresarial,

que passou a fornecer constantemente novas tecnologias e ferramentas educacionais para as escolas. Essas inovações incluíram artefatos tecnológicos, plataformas digitais, *softwares*, programas instrucionais e formulários de avaliação/mensuração já prontos, todos projetados para tornar o processo de ensino e aprendizagem mais eficiente. Seguindo a lógica algorítmica das tecnologias digitais, essas soluções são direcionadas a atender às demandas do mercado educacional consumidor.

Dessa forma, essa corrida empresarial refletiu uma necessidade percebida no campo educacional, com o reconhecimento de que a integração de tecnologias pode trazer benefícios tangíveis ao ensino e à aprendizagem. No entanto, o texto também suscita uma reflexão crítica sobre essa oferta incessante de soluções prontas, sugerindo que ela pode ser motivada mais pelas dinâmicas do mercado do que por uma abordagem pedagógica fundamentada.

A referência à lógica algorítmica das tecnologias digitais destaca a natureza programática e automatizada dessas soluções, indicando uma abordagem padronizada que pode nem sempre atender às necessidades específicas de cada ambiente educacional. E ainda, a ênfase em produtos voltados para o mercado educacional consumidor levanta questões sobre a influência do aspecto comercial nesse cenário. Em alguns casos, a prioridade pode ser atender às demandas do mercado em detrimento das necessidades pedagógicas reais das escolas e dos educadores.

Ao analisarmos o processo de democratização do ensino, é essencial considerar como a escolarização ocorre diante da desigualdade social enfrentada pelos discentes no contexto escolar, especialmente no que diz respeito à comunicação com os professores e às ferramentas pedagógicas utilizadas. O uso da linguagem na mediação do conhecimento nas escolas públicas depende não apenas das políticas educacionais implementadas pelo estado, mas também da cultura digital dos professores e do acesso dos alunos aos meios de ensino.

É necessário explicitar a viabilidade de compreensão e execução dessas propostas educativas, avaliando sua efetiva aplicabilidade na prática, e mensurando a proficiência dos alunos por meio dos resultados das avaliações externas e internas. Isso deve ser feito em um diálogo contínuo com a concepção de ensino público, que se aproxima de um modelo mercadológico baseado nos descritores e nas metas a serem atingidas. Essas metas estão intrinsecamente ligadas ao

financiamento da educação e à universalização do direito à educação pública de qualidade, mesmo no contexto do ensino não presencial.

No contexto da pandemia, o sistema educacional foi desafiado a ser resiliente, adaptando-se ao ensino remoto por meio de novas plataformas, videoconferências e métodos de comunicação assíncrona. Além disso, a gestão do tempo e a capacidade de estabelecer metas de aprendizagem foram fundamentais, assim como o uso de ferramentas colaborativas *on-line* que favoreceram a aprendizagem em grupo. A aprendizagem híbrida, os recursos multimídia e interativos, e os métodos de avaliação *on-line*, incluindo testes virtuais, projetos digitais e avaliações formativas, passaram a ser componentes centrais dessa transformação. Tecnologias adaptativas e plataformas personalizadas foram utilizadas para atender às necessidades individuais dos alunos.

Temos de reconhecer que os ciclos de políticas públicas foram fortemente influenciados pela necessidade de aprendizado contínuo e adaptação às condições dinâmicas impostas pela crise. A pandemia apresentou desafios e complexidades únicas, exigindo uma abordagem de aprendizado constante por parte dos formuladores de políticas. Governos e organizações precisaram se manter atualizados com as últimas informações científicas, dados epidemiológicos e experiências internacionais, ajustando suas estratégias à medida que a situação evoluía.

Destacamos os ciclos de políticas como uma estrutura abrangente, que cobre todo o espectro, desde a concepção inicial de uma política ou programa educacional até sua aplicação prática e os resultados percebidos. Essa abordagem visa avaliar criticamente as iniciativas educacionais, desde o planejamento inicial até o impacto observado, oferecendo uma visão ampla e contextualizada do desenvolvimento de políticas e programas.

### 1.3 DEFINIÇÃO DE CICLOS DE POLÍTICAS

Uma análise crítica dos programas e políticas educacionais implementados durante a pandemia requer uma avaliação reflexiva que abarca desde a formulação até a implementação prática, considerando também os efeitos gerados. Dentre as estratégias desenvolvidas no âmbito da educação, podemos destacar: planos de

ensino, reformas curriculares, políticas de inclusão, dentre outras ações.

É fundamental adotar uma postura analítica e reflexiva na avaliação dessas iniciativas. A abordagem crítica implica questionar e analisar profundamente, levando em conta diferentes perspectivas e os impactos em diversas etapas, como a elaboração do plano, a definição de estratégias, a alocação de recursos, a implementação efetiva e a avaliação de resultados. Essa análise deve acompanhar toda a trajetória do programa ou política educacional, desde a fase de concepção (formulação inicial) até sua aplicação prática (implementação), considerando também os resultados e impactos produzidos. Assim, é necessário examinar não apenas o que foi planejado inicialmente, mas também como esses planos se desdobram na realidade educacional e quais são os efeitos ou resultados observados.

As políticas públicas representam medidas adotadas pelos governantes por meio de normativas, muitas vezes originadas de debates coletivos. Posteriormente, essas políticas são formalizadas em legislações ou projetos, que delineiam diretrizes e regulamentos que orientam sua execução. Esse processo, seja por meio de legislações ou projetos, destaca que as políticas públicas são concretizadas após discussões iniciais, ganhando vida prática.

A participação da comunidade na construção de políticas educacionais pode variar significativamente, com algumas iniciativas sendo mais participativas e envolvendo ativamente a população, enquanto outras são decididas de forma mais centralizada. Independentemente do processo decisório, o propósito fundamental das políticas públicas é atender às necessidades específicas da sociedade, abrangendo questões sociais, econômicas, ambientais e outras demandas relevantes.

O termo “ciclo de políticas” na educação refere-se à sequência de fases que uma política educacional percorre, desde sua concepção até a implementação e avaliação. Essa abordagem considera as políticas educacionais como um processo contínuo de desenvolvimento e aplicação. A análise das diferentes etapas desse ciclo proporciona uma compreensão mais aprofundada de como essas políticas são moldadas e como influenciam o sistema educacional. Isso envolve a formulação de propostas, o estabelecimento de metas e estratégias, e a tomada de decisões cruciais sobre a implementação da política.

No decorrer desse ciclo, as políticas são frequentemente comunicadas às

escolas por meio de documentos escritos, como diretrizes, regulamentos, currículos, decretos, portarias e normativas. Esses instrumentos fornecem orientações específicas para as ações e decisões concretas necessárias à aplicação prática das políticas educacionais no contexto escolar.

Analisar as etapas de implantação de políticas públicas na educação é essencial para compreender a sequência de fases pelas quais uma política educacional passa, desde sua concepção até sua implementação e avaliação. A ideia central é que as políticas educacionais seguem um ciclo contínuo de desenvolvimento e implementação, e as fases desse ciclo podem ser examinadas para entender como as políticas são construídas e como afetam o sistema educacional. O ciclo de políticas é uma abordagem teórica que destaca a dinâmica e a complexidade do processo de desenvolvimento e implementação de políticas educacionais.

Segundo Mainardes (2006, p. 49), a abordagem do "ciclo de políticas", que adota uma orientação pós-moderna, baseia-se nos trabalhos de Stephen Ball e Richard Bowe, pesquisadores ingleses na área de políticas educacionais. Essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatizando os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local. Além disso, indica a necessidade de articular os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. É importante ressaltar desde o princípio que este referencial teórico-analítico não é estático, mas dinâmico e flexível.

O ciclo de políticas, inicialmente formulado por Ball e Bowe, permite avaliar o desenvolvimento de estratégias e trajetórias de políticas e programas públicos educacionais. Essa abordagem traz uma visão sequencial e contínua do processo de desenvolvimento e implementação de políticas, possibilitando entender as etapas desde a concepção até a avaliação. Cada fase possui um papel específico, e a análise em cada estágio contribui para a compreensão de como as políticas se desdobram e interagem ao longo do tempo.

Compreender como as estratégias educacionais influenciam efetivamente os resultados desejados e quais ajustes podem ser necessários implica reconhecer que as políticas são moldadas por diversas contribuições, formando um ciclo de feedback contínuo. Isso possibilita ajustes iterativos e a melhoria constante das políticas com base nas experiências e resultados observados, permitindo uma

avaliação completa do impacto ao longo do tempo.

A dinâmica política no Brasil se desenrola em diversas etapas, abrangendo ações e decisões voltadas para a organização da sociedade. Esse processo envolve o exercício do poder com o propósito de atingir metas e atender às necessidades daqueles que demandam políticas públicas. O Estado desempenha um papel amplo, englobando uma vasta gama de atividades, desde a elaboração de leis até a implementação efetiva de políticas públicas.

No âmbito educacional, o Estado assume a responsabilidade de formular e executar políticas que moldam o sistema de ensino, especialmente diante de desafios como a pandemia. As instituições e autoridades detêm o poder de tomar decisões cruciais que influenciam e controlam as ações nesse contexto. Ao analisarmos as políticas educacionais durante a pandemia, fica evidente a importância de examinar de perto as estratégias adotadas para garantir a continuidade e a qualidade do ensino em um cenário desafiador.

A análise das políticas educacionais deve abordar tanto os aspectos macro quanto os micros. Os processos macro referem-se às decisões em uma escala mais ampla, como a formulação de políticas em âmbito estadual ou nacional. Em contrapartida, os processos micro concentram-se na implementação local dessas políticas. Essa abordagem integrada permite uma compreensão mais abrangente, compreendendo desde a concepção até a aplicação prática das políticas educacionais. Assim, as políticas se adequam aos contextos, enfatizando “[...] os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais” (Mainardes, 2006, p. 49).

É fundamental analisar o processo em desenvolvimento das políticas educacionais, envolvendo os agentes que participam de sua formulação e implementação, bem como aqueles que serão impactados por seus efeitos. Isso implica verificar como essas políticas são postas em prática e como podem ser reinterpretadas ao longo do tempo. Esse enfoque abrangente possibilita uma compreensão mais profunda não apenas das intenções por trás das políticas, mas também das complexas interações entre os diferentes atores envolvidos e das maneiras pelas quais tais políticas se manifestam no contexto educacional.

A articulação entre os níveis macro e micro é imprescindível para uma compreensão abrangente e eficaz das políticas educacionais. As decisões em nível

macro impactam diretamente as realidades e os desafios enfrentados pelos profissionais e instituições no nível micro. Da mesma forma, as práticas e o *feedback* dos profissionais no nível micro podem fornecer contribuições valiosas para ajustes e melhorias nas políticas em nível macro.

Destarte, é imperativo adotar uma abordagem integrada que contemple tanto os aspectos macro quanto os micros na análise das políticas educacionais. Essa abordagem possibilita uma compreensão mais aprofundada das interações e dos impactos tangíveis dessas políticas no cotidiano das escolas, desempenhando um papel crucial no aprimoramento de políticas mais eficazes e alinhadas com as nuances da realidade local.

Essa perspectiva considera todos os elementos e dimensões envolvidos em um determinado contexto, reconhecendo suas interconexões e complexidades. Em vez de analisar apenas partes isoladas de um sistema ou processo, essa abordagem abrange desde a formulação das intenções até a implementação prática, avaliando os impactos reais, as reações dos envolvidos e como as políticas podem evoluir ao longo do tempo.

Isso implica uma visão mais abrangente que leva em conta não apenas os aspectos macro, como diretrizes e regulamentações em nível nacional, mas também os aspectos micro, como a implementação local e as experiências individuais. Uma compreensão mais profunda das complexidades envolvidas permite a formulação de decisões mais informadas, considerando as nuances e interações presentes em todo o sistema político. Dessa forma, contribui para o desenvolvimento de políticas mais adaptáveis, eficazes e alinhadas à realidade complexa e multifacetada em que são implementadas.

Dessa forma, é fundamental incorporar um ciclo contínuo composto por três facetas sequenciadas e temporalmente separadas. Esse modelo permite uma análise mais abrangente e dinâmica das políticas educacionais, abrangendo desde sua concepção inicial até a implementação prática e a subsequente fase de reinterpretação ao longo do tempo. Essa abordagem cíclica oferece uma visão integrada, considerando as transformações ao longo do processo e contribuindo para o desenvolvimento de estratégias mais adaptáveis e eficientes.

A primeira faceta, a 'política proposta', referia-se à política oficial, relacionada com as intenções não somente do governo e de seus assessores, departamentos educacionais e burocratas encarregados de

‘implementar’ políticas, mas também intenções das escolas, autoridades locais e outras arenas onde as políticas emergem. A ‘política de fato’ constituía-se pelos textos políticos e textos legislativos que dão forma à política proposta e são as bases iniciais para que as políticas sejam colocadas em prática. Por último, a ‘política em uso’ referia-se aos discursos e às práticas institucionais que emergem do processo de implementação das políticas pelos profissionais que atuam no nível da prática (Mainardes, 2006, p. 49).

A diversidade de intenções e disputas no processo político reflete a variedade de interesses, valores e objetivos presentes na sociedade. Diferentes atores, como partidos políticos, grupos de interesse, cidadãos e instituições, buscam promover suas visões e aspirações. Essas intenções podem variar desde a busca por representação e defesa de direitos até a promoção de determinadas políticas públicas ou ideologias.

As disputas políticas surgem quando essas diversas intenções entram em conflito, seja no âmbito legislativo, na arena eleitoral ou em debates públicos. Essas divergências podem se manifestar em debates ideológicos, confrontos de interesses econômicos ou questões relacionadas a valores culturais e sociais.

Compreender a variedade de intenções e disputas no processo político é crucial para entender a dinâmica democrática. Isso destaca a importância do diálogo, da negociação e do compromisso como meios de lidar com as diferenças e buscar soluções que considerem a diversidade de perspectivas na sociedade. Ao reconhecer e respeitar essa variedade, é possível promover uma participação mais inclusiva e construtiva no processo político, fortalecendo os alicerces da democracia.

Nesse sentido, é fundamental a análise da micropolítica, que, muitas vezes, se manifesta em nuances observáveis por meio de diversos indicadores. Esses sinais incluem conflitos evidentes entre diferentes atores ou grupos, o estilo de negociação adotado durante o processo decisório, as restrições impostas sobre os temas discutidos e decididos, além da identificação de estratégias, influências e interesses empregados em diferentes contextos e momentos do ciclo político até o resultado. Essa abordagem detalhada é imprescindível para uma avaliação aprofundada das forças que moldam as decisões políticas e para identificar oportunidades de melhoria nos processos políticos.

As mudanças nas abordagens educacionais durante a pandemia representam transformações significativas em relação ao que estava inicialmente previsto. Isso se refere ao impacto do que foi planejado e ao que poderá ser nos próximos anos,

indicando como as ações ou eventos podem influenciar uma política inicialmente proposta. Quando um conjunto de políticas é implementado, ele inevitavelmente está sujeito a influências, reações e desenvolvimentos ao longo do tempo.

Os resultados práticos das políticas podem diferir substancialmente do que foi originalmente planejado. Essas discrepâncias podem resultar em ajustes e correções de rota para lidar com as realidades práticas que emergem durante a implementação. A experiência prática revela nuances e desafios que podem não ter sido totalmente antecipados no estágio inicial de formulação da política. Nesse sentido, as adaptações tornam-se essenciais para garantir a eficácia e a relevância contínua das políticas diante das mudanças nas circunstâncias e nas necessidades da sociedade.

As transformações econômicas e sociais vinculadas ao ambiente político, econômico, social ou tecnológico podem demandar ajustes nas políticas educacionais para assegurar sua relevância e eficácia. Além disso, as experiências práticas advindas da implementação dessas políticas podem proporcionar aprendizados valiosos. Caso certas abordagens se revelem mais eficientes ou inadequadas, os formuladores de políticas têm a prerrogativa de realizar ajustes nas diretrizes existentes.

Alterações nas administrações políticas, decorrentes de eleições ou outras transições de poder, podem ensejar revisões ou substituições de políticas. Portanto, a concepção central reside no dinamismo inerente à política quando posta em prática. Longe de ser estática, ela está sujeita a influências e interações contínuas, capazes de promover adaptações e evoluções. Essa flexibilidade é crucial para que as políticas se ajustem e melhorem constantemente, atendendo às necessidades sempre mutáveis da sociedade e do contexto em que estão inseridas. Como ressalta Mainardes (2006, p. 54), “[...] a política como discurso enfatiza os limites impostos pelo próprio discurso, a política como texto enfatiza o controle que está nas mãos dos leitores”.

Além disso, é essencial considerar a perspectiva daqueles que serão impactados pelas ações das políticas públicas, que são influenciados por fatores como classe social e condições socioeconômicas. A transição para o ensino remoto pode intensificar ainda mais essas desigualdades, uma vez que famílias de diferentes estratos sociais enfrentam disparidades no acesso à tecnologia e aos recursos educacionais. As mudanças no cenário de trabalho, especialmente o

aumento do trabalho remoto, têm implicações diretas nas oportunidades disponíveis para diversos grupos sociais.

Essas transformações ressaltam a importância crucial de avaliar como as políticas educacionais respondem ou perpetuam tais desigualdades. A necessidade de uma análise crítica torna-se ainda mais evidente, considerando o potencial impacto significativo sobre o acesso equitativo à educação e as oportunidades resultantes. Dessa forma, é essencial questionar como as políticas em vigor contribuem para a formação de um sistema educacional mais inclusivo ou, ao contrário, reforçam estruturas existentes que perpetuam disparidades socioeconômicas.

A metodologia que se inicia com o regime não presencial de aulas não apenas incorpora aprendizados e ajustes, mas também estabelece uma sequência contínua. No contexto da gestão escolar, um ciclo típico engloba fases como planejamento, execução, monitoramento e avaliação. Essa abordagem, ao possibilitar melhorias iterativas ao longo do tempo, revela-se fundamental para o aprimoramento constante do processo.

Contudo, é imperativo destacarmos que, caso não ocorram inovações ou adaptações suficientes entre os ciclos, há o risco de estagnação. Portanto, essa estratégia, embora flexível, exige um comprometimento contínuo com a inovação, assegurando que cada ciclo represente uma oportunidade para aprender e evoluir.

#### 1.4 CICLOS DE POLÍTICAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA

As políticas são analisadas por meio de um ciclo que se instaura sob várias nuances, possibilitando uma análise detalhada e contextualizada, sendo complexo, composto por várias dimensões e sujeito a mudanças constantes. A abordagem do ciclo de políticas permite capturar essa complexidade, abrangendo tanto a macro (de larga escala, como políticas nacionais) quanto a micro (detalhadas, como a implementação local). Essa integração facilita uma compreensão ampla que vai além de uma visão isolada de cada fase do processo. Mainardes (2006, p. 55) salienta que “[...] o processo político é entendido como multifacetado e dialético, necessitando articular as perspectivas macro e micro”.

A análise crítica do ciclo de políticas educacionais destaca a importância de

compreender as relações entre as esferas macro e micro, evidenciando como decisões políticas impactam diretamente a equidade e a inclusão no ensino. O contexto pandêmico ressaltou a necessidade de ajustes contínuos, mostrando que a gestão educacional deve ser flexível e responsiva às mudanças sociais. Nesse processo, a inovação e a avaliação constante tornam-se fundamentais para evitar a estagnação e promover o aprimoramento contínuo.

A política, enquanto atividade inerente à condição humana, desempenha um papel fundamental na organização da sociedade. Não se limita a ações governamentais ou partidárias, configurando-se como uma prática que permeia a vida cotidiana, envolvendo tomadas de decisões, negociação de interesses e definição de normas que moldam a convivência social. Desse modo, a política é um componente fundamental da vida em sociedade.

No contexto educacional, as políticas educacionais englobam um conjunto de decisões, programas e estratégias governamentais que visam a formação desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Elas impactam diversos aspectos, como currículo, financiamento, padrões de ensino, acesso à educação e formação de professores. As políticas educacionais são uma parte fundamental das políticas públicas, cumprindo papel imprescindível na formação e no desenvolvimento de uma sociedade.

As decisões políticas asseguram que o Estado atue no interesse coletivo, em contraposição aos interesses individuais, atuando na validação do governo em uma sociedade justa. Segundo Rousseau (1983 *apud* Araújo; Almeida, 2010, p. 101):

[...] só a vontade geral pode dirigir as forças do Estado de acordo com a finalidade de sua instituição, que é o bem comum, porque, se a oposição dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades, foi o acordo desses mesmos interesses que o possibilitou. O que existe de comum nesses vários interesses forma o liame social e, se não houvesse um ponto em que todos os interesses concordassem, nenhuma sociedade poderia existir. Ora, somente com base nesse interesse comum é que a sociedade deve ser governada.

A vontade coletiva, ou interesse comum, é a ideia de que as decisões políticas e as ações do Estado devem ser orientadas pelo que é melhor para o bem comum, transcendendo os interesses individuais ou particulares. Em uma sociedade justa, isso significa que as políticas públicas e a governança devem buscar atender aos interesses coletivos, não favorecendo apenas grupos ou indivíduos específicos.

A necessidade de proteger os interesses comuns e resolver conflitos por meio do governo é legitimada mediante acordo dos membros da sociedade em agir visando o interesse comum. Esse interesse compartilhado por todos é o que possibilita a coexistência e a governança em uma sociedade.

No pensamento marxista, conforme preconizam Araújo e Almeida (2010), o Estado é concebido como uma organização burocrática, ou seja, um conjunto de instituições e organismos, com seus respectivos ramos e sub-ramos, cada um operando com sua própria burocracia. O Estado exerce a dominação das classes exploradas por meio do jogo institucional de seus aparelhos. Dessa forma, em condições historicamente determinadas, essa instituição desempenha a função de reprodutor das relações econômicas e políticas de classe, moldando aquilo que os liberais chamam de sociedade.

A estrutura do Estado, composta por diversas instituições, órgãos e departamentos, opera como um mecanismo de controle, e seus funcionários públicos são encarregados de administrar e implementar políticas e regulamentos. O poder do Estado, aliado ao poder do capital, serve para preservar o controle das classes dominantes sobre as classes trabalhadoras e exploradas. Sua função primordial é fortalecer as relações econômicas e políticas de classe existentes, ou seja, manter as estruturas de poder que beneficiam as classes privilegiadas e garantir a continuidade do sistema vigente.

Araújo e Almeida (2010) afirmam que, em uma sociedade dividida em classes antagônicas, a organização social sem o Estado, ou sem um aparato estatal, é impossível. O Estado sempre traduz os interesses dos dominantes, criando as condições para o máximo desenvolvimento dessas classes, garantindo sua perpetuação e domínio. Portanto, é fundamental olharmos além das políticas públicas em si e considerar o contexto mais amplo em que elas operam. Isso inclui analisar as estruturas de poder, os conflitos sociais e o papel central do Estado na administração e influência dessas políticas.

O liberalismo teve um papel influente no cenário educacional durante a pandemia da Covid-19, destacando-se em diversas áreas. Primeiramente, houve uma clara ênfase na utilização da tecnologia e no ensino a distância, com um aumento significativo na adoção de tecnologias educacionais e plataformas *on-line*. Isso reflete a crença liberal na capacidade do mercado e da tecnologia de oferecer soluções inovadoras.

A pandemia de Covid-19 resultou em impactos profundos na educação devido ao fechamento das escolas em quase todos os lugares do mundo, caracterizando o maior choque simultâneo já sofrido pelo sistema educacional em nossas vidas. Nesse contexto, a adoção de modalidades de ensino remoto tornou-se uma necessidade para garantir a continuidade do processo educacional (Banco Mundial, 2020).

Além disso, a pandemia expandiu as opções educacionais para pais e alunos, surgindo alternativas como escolas *on-line*, instituições de ensino a distância e programas de tutoria personalizados. Essas opções estão alinhadas com o princípio liberal de liberdade de escolha e descentralização nas decisões educacionais. Conforme discutido por Estevan e Finamor (2022), o impacto da pandemia na transição entre o Ensino Médio e a universidade no Brasil evidenciou um aumento na matrícula de estudantes provenientes de escolas públicas e privadas de alta qualidade, indicando uma diversificação nas opções educacionais disponíveis.

Durante esse período, uma tendência notável diz respeito à maior flexibilidade no currículo, refletindo os princípios de descentralização e autonomia na tomada de decisões. Escolas e educadores passaram a ter maior liberdade para ajustar o currículo conforme as necessidades locais e individuais, em consonância com os ideais liberais de descentralização e liberdade de escolha. Isso implicou também que alunos e pais assumissem mais responsabilidade pelo processo educacional. Segundo Estevan e Finamor (2022), a pandemia afetou a transição educacional, levando a ajustes curriculares e metodológicos para atender às novas demandas impostas pelo contexto pandêmico.

No entanto, a pandemia também trouxe à tona desafios relacionados à desigualdade no acesso à educação. A necessidade de regulamentação para garantir qualidade e equidade na educação tornou-se ainda mais evidente em um contexto de maior liberdade de escolha e flexibilidade. Estudos indicam que a pandemia agravou as desigualdades educacionais, especialmente devido à falta de acesso a equipamentos e apoio pedagógico, prejudicando alunos, principalmente do Ensino Médio, durante os anos de 2020 e 2021 (Câmara dos Deputados, 2021).

Essas influências do liberalismo no ensino durante a pandemia de Covid-19 desencadearam mudanças significativas na forma como a educação foi concebida e entregue, pondo uma ênfase maior na autonomia individual e na inovação tecnológica. Todavia, evidenciou também a necessidade de enfrentar questões de

desigualdade e garantir uma regulamentação eficaz para assegurar a qualidade educacional. Conforme apontado pelo Banco Mundial (2020), a pandemia resultou em impactos profundos na educação, exigindo respostas políticas que considerem tanto a inovação quanto a equidade no acesso e na qualidade educacional (Banco Mundial, 2020).

A crise sanitária levou ao fechamento das escolas e à necessidade de políticas emergenciais para manter o processo educativo. Essas políticas foram influenciadas por diferentes interesses, incluindo iniciativas de esvaziamento curricular, padronização de conteúdos e métodos, estratégias de privatização e controle do trabalho docente. A pandemia também acelerou a adoção do ensino híbrido, combinando modalidades presenciais e a distância. Mainardes e Stremel (2021) compreendem momentos conturbados como catalisadores para a implementação de agendas políticas que já vinham sendo defendidas há décadas, como o esvaziamento curricular e a padronização de conteúdos.

Importa esclarecermos que a implementação das políticas educacionais durante a pandemia variou conforme as regiões e contextos locais. No estado de Goiás, por exemplo, as escolas enfrentaram desafios na adaptação ao ensino remoto, evidenciando disparidades nas estratégias adotadas pelas Secretarias Municipais de Educação. Essas diferenças refletiram a diversidade de recursos e infraestrutura disponíveis, impactando diretamente a eficácia das políticas implementadas. Gonçalves e Lima (2021) apontam que a falta de infraestrutura tecnológica adequada e a necessidade de formação de professores foram obstáculos significativos que afetaram a eficácia dessas políticas.

A transição para o ensino remoto exigiu uma reestruturação significativa das práticas pedagógicas. No entanto, a implementação dessas políticas não ocorreu de maneira linear; as práticas educacionais nas escolas muitas vezes divergiram das intenções originais devido à complexidade dos contextos locais. Fatores como acesso desigual à tecnologia e formação inadequada de professores para o uso de ferramentas digitais influenciaram os resultados das políticas educacionais emergenciais. Conforme observado por Stremel e Mainardes (2019), o ensino remoto evidencia dificuldades preexistentes no sistema educacional, o que foram exacerbadas durante a pandemia.

O período pandêmico ratificou a interdependência entre política e educação. As decisões políticas influenciaram diretamente as práticas educacionais, e a

implementação das políticas foi moldada pelas realidades locais e pelas dinâmicas de poder presentes nas comunidades escolares. Essa relação destaca a importância de considerar os contextos específicos na formulação e implementação de políticas educacionais, especialmente em situações de crise. Ball, Maguire e Braun (2016) enfatizam que a análise do ciclo de políticas deve levar em conta os diferentes contextos e atores envolvidos na prática educativa.

A análise dos ciclos de políticas no contexto da pandemia de Covid-19 revela a complexidade envolvida na adaptação e reestruturação do ensino. As interações entre políticas oficiais e a realidade das escolas, bem como a avaliação das práticas pedagógicas durante a implementação das políticas emergenciais, são fundamentais para compreender como as políticas educacionais foram moldadas frente aos desafios impostos pela pandemia. Essa compreensão pode orientar futuras ações e políticas para melhor responder às necessidades educacionais em contextos de crise.

## **CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DURANTE A PANDEMIA**

Neste capítulo, aprofundaremos a discussão em torno das políticas educacionais desenvolvidas em resposta à pandemia, com ênfase na análise de estudos sobre os ciclos de políticas em situações de crise. Abordaremos também a influência do neoliberalismo na gestão da educação, destacando as parcerias e iniciativas que moldaram a implementação de medidas emergenciais. Por fim, exploraremos as ações adotadas em diferentes países, possibilitando um comparativo que elucida as alternativas utilizadas para enfrentar os desafios educacionais durante a crise sanitária.

### **2.1 ANÁLISE DE ESTUDOS :CICLOS DE POLÍTICAS EM CONTEXTOS DE CRISE**

Em um momento crucial da história contemporânea, a OMS declarou, em 11 de março de 2020, a pandemia da Covid-19, estabelecendo um ponto temporal específico para a análise dos impactos globais da doença causada pelo coronavírus. Essa declaração foi uma resposta à rápida disseminação do vírus e ao aumento significativo de casos em diversos países.

Conforme matéria publicada no G1, por Ardilhes Moreira e Lara Pinheiro, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, declarou: “A descrição da situação como uma pandemia não altera a avaliação da OMS da ameaça representada por esse vírus. Isso não muda o que a OMS está fazendo nem o que os países devem fazer” (G1 Globo, 2020a, n. p.). É evidente que o uso da palavra "pandemia" foi empregado de maneira responsável, ressaltando a necessidade de uma comunicação ética e precisa em contextos de saúde pública.

A fala do diretor-geral evidencia preocupações com as implicações sociais e psicológicas do termo pandemia. O uso dessa nomenclatura pode acarretar consequências graves, como o medo irracional ou a aceitação injustificada de que a luta contra a doença havia terminado. A menção ao medo irracional sugere uma preocupação com o impacto psicológico que o termo pode gerar na população, ressaltando a importância de uma comunicação equilibrada e precisa. Assim, notamos uma ênfase na responsabilidade dos comunicadores de informações

relacionadas à saúde pública

Na mesma matéria, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, afirmou: “Acho que a OMS demorou para decretar pandemia. Lá atrás, nós já tínhamos decretado emergência sanitária de interesse nacional” (G1 Globo, 2020a, n. p.). A expressão “Acho que” introduz a opinião pessoal do falante, indicando que a afirmação reflete sua percepção sobre a atuação da OMS. Essa crítica sugere uma insatisfação com o tempo que a Organização levou para declarar a pandemia, destacando uma sensação de que a resposta da OMS não foi suficientemente rápida. O ministro compara a declaração de pandemia pela OMS com a medida já adotada pelo Brasil, que foi a declaração de “emergência sanitária de interesse nacional”. Essa comparação revela uma divergência de opiniões sobre a prontidão e a eficácia das ações da OMS em contraste com as medidas nacionais. Ao afirmar que “já tínhamos decretado emergência sanitária de interesse nacional”, Mandetta evidenciou que a situação exigia ações urgentes no âmbito nacional antes da declaração de pandemia pela OMS, fato corroborado por uma manchete do G1 e do Jornal Nacional, em 4 de fevereiro de 2020 (G1 Globo, 2020b).

Em um recorte temporal de 16 de abril de 2020, Mandetta, médico e político, anunciou em seu Twitter: “Acabo de ouvir do presidente Jair Bolsonaro o aviso da minha demissão do Ministério da Saúde” (G1 Globo, 2020c, n. p.). Conforme informado pela jornalista Guilherme Mazui, do G1 – Brasília, a exoneração de Mandetta foi publicada em uma edição extra do Diário Oficial da União. A matéria destaca que, nas semanas anteriores, Bolsonaro e Mandetta tiveram divergências públicas em relação às estratégias para conter a propagação da Covid-19. Em uma entrevista ao programa Fantástico, no domingo (12), Mandetta expressou que a população não sabia “se escuta o presidente ou o ministro” da Saúde em relação às medidas a serem adotadas. Essa declaração do ex-ministro ressalta a preocupação com a comunicação conflituosa em relação às diretrizes de saúde. A fala de Mandetta enfatiza a necessidade de clareza e consistência na comunicação das medidas de saúde, indicando a importância de uma abordagem mais coesa e unificada para garantir uma compreensão clara por parte da população.

No cerne dessas discussões, Mandetta defendeu o “isolamento horizontal”, em conformidade com as diretrizes da OMS, enquanto Bolsonaro advoga pelo “isolamento vertical”, que se restringe a idosos e pessoas com doenças graves, pertencentes ao grupo de risco. O presidente ressaltou que o isolamento amplo, com

a suspensão das atividades, trazia prejuízos à economia. Além disso, Bolsonaro e Mandetta divergiram sobre a utilização de um medicamento empregado no tratamento da malária como alternativa para o coronavírus. A matéria específica destaca que “Bolsonaro é entusiasta do remédio para tratar a Covid-19”, enquanto Mandetta alertou sobre a falta de estudos científicos que respaldassem a prática, o que poderia resultar em uma mudança na equipe ministerial até o final do mandato.

A preocupação com os prejuízos à economia remeteu a diversos contextos em que medidas de *lockdown* e restrições foram implementadas para conter a propagação do vírus, gerando impactos significativos no emprego e na renda, além de apresentar desafios para as empresas e contribuir para uma recessão econômica. Nesse aspecto, destacou-se a relação com políticas de intervenção estatal, que visavam mitigar os impactos econômicos da pandemia.

Compreender o cenário pandêmico implica analisar as ações políticas e as dinâmicas socioeconômicas que influenciaram a implementação de políticas públicas. Nesse contexto, é essencial destacar como essas ações operaram tanto no âmbito macropolítico quanto no micropolítico, levando em consideração os contextos de influência, produção de texto e práticas adotadas.

A reflexão sobre a resposta à pandemia deve abranger diferentes países e regiões, como os Estados Unidos, a Europa, a China e o Brasil, examinando como os impactos reverberaram nas estruturas estatais, nas empresas e entre os trabalhadores. Compreender como esses diversos contextos se interconectam é fundamental para uma análise mais ampla das implicações da pandemia nos âmbitos político, econômico e social, em relação aos princípios da globalização neoliberal.

A pandemia da Covid-19 se associa à profunda incapacidade da globalização neoliberal e do modo de produção capitalista assimilarem o paradigma biotecnológico emergente e suas implicações sociais e ambientais. É o primeiro sinal de uma profunda crise ambiental e em curso. Os volumes crescentes de circulação de mercadorias e pessoas, o aumento das escalas geoespaciais de produção e a elevação da desigualdade mundial, impulsionando o consumo supérfluo e mantendo altos níveis de escassez e pobreza, pressionam o equilíbrio dos ecossistemas, vulnerabilizam a saúde pública e se somam às limitações de gastos sociais impostas pelas políticas neoliberais. A transição para o paradigma biotecnológico exige forte investimento em ciência, educação e saúde públicas, infraestrutura social e novas fontes de energia, diversificação dos padrões de consumo e alto nível de coordenação nacional e internacional do planejamento estatal (Martins, 2020, p. 28).

Durante o período de pandemia, a relação entre o ensino e a globalização neoliberal, assim como a interação com o sistema de produção capitalista e o paradigma biotecnológico, evidenciou-se nas instituições de ensino, que foram forçadas a adotar tecnologias para o ensino remoto. Isso destacou a rápida adaptação às ferramentas digitais, uma resposta às demandas da sociedade moderna e à necessidade de manter a continuidade do ensino. No entanto, essa transição para o ensino *on-line* também evidenciou desigualdades sociais, uma vez que nem todos os estudantes tiveram acesso equitativo a dispositivos digitais e à conectividade à internet.

Essa disparidade reflete as desigualdades inerentes ao sistema capitalista. Embora avanços como plataformas de aprendizado *on-line* e o uso de inteligência artificial na personalização da educação representem oportunidades, também revelam a necessidade de um olhar crítico sobre o paradigma biotecnológico emergente. A forma como os professores e profissionais da educação se adaptaram ao ensino remoto reflete mudanças nas dinâmicas de trabalho, que podem ser associadas à flexibilização do trabalho, uma característica marcante do neoliberalismo. A introdução de tecnologias na educação levanta questões éticas e sociais, especialmente quando se consideram aspectos como privacidade, monitoramento e a dependência crescente de plataformas tecnológicas.

As respostas governamentais à educação durante a pandemia, incluindo a implementação de políticas educacionais, foram influenciadas pela ideologia neoliberal, com ênfase na eficiência e na redução de custos. A experiência do ensino durante esse período moldou as perspectivas de longo prazo sobre o papel da tecnologia na educação e sobre como a sociedade percebe a relação entre o sistema educacional, a economia e as mudanças tecnológicas. As políticas neoliberais, caracterizadas por uma ênfase na redução da intervenção do Estado na economia, frequentemente impõem restrições orçamentárias aos setores sociais, como saúde, educação e assistência social. O termo “limitações de gastos sociais” refere-se à prática de restringir os recursos financeiros disponíveis para esses setores.

O Projeto de Lei n.º 20.802, de 8 de julho de 2020, intitulado Goiás Tec – Ensino Médio ao Alcance de Todos, foi implementado no estado de Goiás com o objetivo declarado pela SEDUC-GO de proporcionar educação de qualidade aos estudantes em regiões remotas. Com a finalidade de estender a excelência

educacional às áreas mais afastadas do estado, o Goiás Tec foi lançado. Inicialmente estabelecido por meio de decreto estadual e posteriormente oficializado como lei, o programa destacou-se como uma iniciativa significativa para garantir a universalização do ensino no estado de Goiás. Seu propósito é assegurar que a educação seja acessível mesmo em regiões geograficamente isoladas, utilizando tecnologias para facilitar o processo de ensino e aprendizagem.

O objetivo principal do programa é implantar o Ensino Médio por Mediação Tecnológica em áreas específicas, como distritos, zonas rurais e regiões de difícil acesso, ou aquelas que enfrentam a carência de professores habilitados em determinadas áreas de conhecimento.

Com essa iniciativa, a propositura do projeto em primeiro plano é atender às necessidades educacionais em locais que podem enfrentar desafios geográficos ou limitações na disponibilidade de profissionais qualificados. A utilização da mediação tecnológica visa superar barreiras e proporcionar educação de qualidade, promovendo a inclusão e ampliando o acesso ao Ensino Médio em áreas historicamente mais desafiadoras. No que se refere a Lei n.º 20.802, de 08 de julho de 2020 institui, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, o Programa Goiás Tec – Ensino Médio ao Alcance de Todos.

Art. 1º Fica instituído o Programa GOIÁS TEC – Ensino Médio ao Alcance de Todos, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação de Goiás – SEDUC-GO, com o objetivo de implantar o Ensino Médio por Mediação Tecnológica em distritos, zonas rurais e regiões de difícil acesso ou que possuam carência de professores habilitados por área de conhecimento. Parágrafo único. O Programa GOIÁS TEC – Ensino Médio ao Alcance de Todos oferta o Ensino Médio regular com o uso de ferramentas tecnológicas, sendo composto por aulas ministradas, em estúdio, por professores habilitados por área de conhecimento, transmitidas, via satélite, em tempo real, aos estudantes que estarão na sala de aula interativa da sua comunidade; e acompanhamento e orientação de um professor mediador, a fim de garantir a comunicação e a interação por meio de chat entre os participantes desse processo de ensino aprendizagem (Goiás, 2020c, n. p.).

A reforma do Estado frequentemente reflete adaptações tanto econômicas quanto políticas, em resposta às exigências da economia globalizada. Essa transformação de perspectiva sugere uma influência crescente do setor empresarial nas políticas educacionais, possivelmente moldando-as em consonância com interesses econômicos. Essa perspectiva destaca não apenas a educação como um bem social, mas também como um investimento com retorno econômico, levantando

questões sobre como a educação é percebida em termos de produção de capital humano e competitividade global.

O uso de ferramentas tecnológicas para o ensino a distância deve ser cuidadosamente planejado, considerando que as aulas são ministradas, em estúdio, por professores. É fundamental que os conteúdos do currículo escolar evidenciem a aprendizagem dos estudantes e se conectem com suas experiências de vida, evitando a desconexão com a realidade. A importância de os estudantes não serem apenas receptores passivos de informações, e sim agentes ativos de transformação, depende de uma interação significativa com os professores. Isso implica promover uma abordagem pedagógica que incentive a capacidade dos alunos de pensarem criticamente e refletirem sobre a sociedade e o mundo ao seu redor, estabelecendo uma conexão entre os conteúdos curriculares e a realidade social.

A socialização envolve a interação com outros indivíduos, como colegas, professores e membros da comunidade. Essa interação contribui para o desenvolvimento de habilidades sociais, cooperação e compreensão mútua. A aprendizagem não ocorre apenas de forma individual, mas também por meio da colaboração e troca de ideias. Discussões em grupo, trabalhos colaborativos e atividades sociais são essenciais para a construção do conhecimento coletivo.

Piaget (1973) já destacava a importância dos fatores sociais para o desenvolvimento cognitivo, sendo a interação social uma condição necessária para o desenvolvimento da lógica, pois transforma a natureza do indivíduo, tornando-o menos egocêntrico. Dessa forma, é impossível negar que o homem é inevitavelmente um ser social e é confrontado com diferentes pontos de vista por meio da interação com seus pares. O aspecto socioafetivo é considerado, nos estudos sobre dificuldades de aprendizagem, uma das cinco grandes áreas em que qualquer tipo de aprendizagem gira, logo, é um dos fatores que pode estar relacionado às dificuldades de aprendizagem [...] (Fialho; Ferreira; Torres, 2023, p. 42).

Importa destacarmos que questões afetivas consistem em componentes essenciais da aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento integral dos indivíduos. Um equilíbrio saudável entre interações sociais positivas e bem-estar emocional é crucial para a capacidade dos estudantes de analisar criticamente o mundo ao seu redor, compreender as dinâmicas sociais e questionar e refletir sobre questões sociais relevantes. Isso implica desenvolver uma consciência crítica e uma compreensão aprofundada dos contextos sociais, culturais e políticos em que estão inseridos.

Com base nessas ponderações, entendemos que a ênfase excessiva na vertente econômica da educação levanta preocupações sobre a possibilidade de que considerações financeiras predominem sobre objetivos educacionais mais amplos, como a formação cidadã e o desenvolvimento humano. Ao observarmos a interação complexa entre a reforma do Estado capitalista, a crescente influência empresarial e a mudança de foco na educação em direção a considerações econômicas, somos instigados a refletir sobre os impactos dessa dinâmica na natureza e nos objetivos fundamentais do sistema educacional.

É evidente que a inserção do ensino a distância provoca reflexões sobre como as ferramentas de *chat* podem facilitar a comunicação e a interação eficaz e construtiva entre os participantes. Contudo, a qualidade dessa interatividade pode ser afetada por fatores como o tamanho da classe, a dinâmica do grupo e a eficácia da mediação. Além disso, as mudanças no papel do professor podem exigir uma revisão das práticas de avaliação. Como os alunos são avaliados quanto à participação em discussões *on-line*? Como a aprendizagem é medida em um ambiente virtual? A introdução de ferramentas *on-line* pressupõe que alunos e professores tenham acesso adequado à tecnologia e à internet. Desigualdades no acesso podem levar a disparidades na participação e no desempenho.

Esse cenário também traz à tona a questão do desmonte da profissão docente, especialmente considerando a lei que permite a implementação do Projeto Goiás Tec – Ensino Médio ao Alcance de Todos em locais onde não há carência de professores habilitados por área de conhecimento. Essa situação pode resultar em uma tendência de não realização de concursos públicos, desoneração da folha de pagamento e falta de investimento em educação.

Com relação à redefinição do papel do professor, observamos uma flexibilização do mercado de trabalho, manifestada em contratos temporários e menor estabilidade no emprego. Essas mudanças suscitam críticas, especialmente no que diz respeito à mercantilização da educação, à ampliação das desigualdades de oportunidades e aos impactos adversos na qualidade do ensino. Silva e Oliveira (2021, p. 152) afirmam que ocorre “[...] a substituição do trabalhador por máquinas, neste caso, em especial, do trabalhador pela tecnologia, pela mediação tecnológica”. Os autores complementam:

Fica evidente que a ferramenta de trabalho do professor, sua força de trabalho, é a sua capacidade de ministrar aulas, a qual está sendo transferida para a tecnologia, através da flexibilização e precarização de seu trabalho. O docente já não tem mais o controle sobre o seu fazer pedagógico, o Estado por meio das tecnologias exerce total controle sobre esta ação, provocando uma redefinição na forma como o professor desempenha seu papel em sala de aula (Silva; Oliveira, 2021, p. 153).

Ao adotar essas práticas tecnológicas e alinhar-se com o discurso capitalista, a entidade ou o indivíduo contribui para os interesses do sistema econômico capitalista. Nesse processo, o professor perde sua autonomia, passando a operar em sistemas educacionais que consideram parcerias não apenas com empresas de tecnologia e ferramentas educacionais digitais, mas também com instituições de EaD, fornecedores de tecnologia educacional, plataformas de colaboração e comunicação, empresas de realidade virtual e serviços de capacitação e treinamento para educadores, além de desenvolvedores de aplicativos educativos.

O Estado, ao implementar este projeto, está abrindo as portas da educação de Goiás aos interesses das grandes empresas de tecnologia digital. No que se refere ao trabalho docente, associado às novas tecnologias, o que se percebe é uma intensificação, precarização e flexibilização do trabalho e um maior controle do Estado sobre o professor. Diante deste novo panorama educacional, o que se tem é um Estado mínimo nos investimentos educacionais, porém, ao mesmo tempo que é mínimo, é controlador, regulador e gestor de todo o processo educacional. O Estado, ao associar o trabalho docente às novas tecnologias, abre o setor educacional público para os investidores privados, proporcionando a expansão do mercado educativo, a reprodução do capital e uma nova modalidade de exploração do trabalho por parte do capital (Silva; Oliveira, 2021, p. 157).

Nesse contexto, o Estado reduz ao máximo seus investimentos financeiros na área da educação, implicando diminuição dos recursos destinados às escolas. Contudo, mantém um papel ativo no controle, regulamentação e gestão do sistema educacional. Isso significa que, embora o aporte de recursos seja mínimo, o Estado preserva autoridade sobre diversos aspectos do processo educacional, buscando eficiência e incentivando a participação de outros setores, como parcerias público-privadas.

Ratificamos que a pandemia de COVID-19 impôs desafios sem precedentes aos sistemas educacionais em todo o mundo, exigindo a formulação e implementação de políticas educacionais adaptadas às especificidades de cada país. No Brasil, essas políticas buscaram assegurar a continuidade do ensino durante o período de distanciamento social, incorporando tecnologias educacionais,

capacitando professores para o ensino *on-line* e garantindo o acesso a recursos digitais.

A ausência de acesso à internet e a dispositivos digitais emergiu como um desafio significativo, evidenciando disparidades socioeconômicas profundas. Nesse contexto, políticas educacionais precisaram abordar questões de equidade, assegurando que todos os alunos tivessem oportunidades justas de aprendizagem. Iniciativas foram implementadas para fornecer suporte aos professores na transição para o ensino remoto, incluindo programas de capacitação, orientação pedagógica e estratégias para manter a motivação dos alunos. Conforme destacado por Scaff, Souza e Bortot (2021), a pandemia exacerbou as desigualdades sociais existentes, afetando o direito à educação de milhares de crianças e adolescentes em contextos de vulnerabilidade social.

A introdução de políticas de avaliação adaptadas ao contexto remoto tornou-se essencial. Isso levou à revisão de métodos avaliativos, considerando as condições dos alunos e a necessidade de ajustar práticas pedagógicas. Além disso, políticas educacionais passaram a contemplar a saúde mental de alunos, professores e funcionários, incorporando estratégias para promover o bem-estar emocional. Cardoso *et al.* (2021) ressaltam que o período de excepcionalidade causado pela pandemia exigiu a elaboração de diversas políticas que direcionassem os ambientes educacionais, em diferentes níveis e administrações.

Com a melhoria das condições sanitárias, políticas foram elaboradas para orientar o retorno seguro às aulas presenciais. Essas medidas incluíram protocolos de saúde, estratégias de distanciamento social e iniciativas focadas na recuperação acadêmica. O período pandêmico proporcionou aprendizados valiosos, levando governos a considerarem estratégias educacionais mais flexíveis e resilientes para o futuro. Guimarães *et al.* (2023) apontam que o ensino híbrido emergiu como uma alternativa relevante para a continuidade do processo educacional, combinando atividades presenciais e remotas de forma a atender às necessidades impostas pelo contexto pandêmico.

A implementação eficaz de políticas educacionais durante a pandemia frequentemente contou com a participação ativa da comunidade escolar, envolvendo pais, alunos e professores. O diálogo contínuo mostrou-se crucial para avaliar necessidades em constante evolução. O desenvolvimento e a execução de políticas educacionais nesse cenário exigiram agilidade, criatividade e uma abordagem

colaborativa para enfrentar os desafios emergentes. As lições aprendidas podem orientar futuras políticas e fortalecer a resiliência do sistema educacional em situações de crise. Pena, Gonçalves e Oliveira (2022) enfatizam que a análise das políticas públicas educacionais desenvolvidas durante a pandemia revela a necessidade de uma atuação coordenada entre os diversos atores envolvidos no processo educativo.

Para que uma política pública seja efetivamente implementada, é imperativo que o governo acredite nela e esteja comprometido com sua execução. Políticas públicas consistem em proposições, diretrizes ou programas de ação destinados a atender às necessidades da sociedade em áreas como saúde, educação e segurança. Essas políticas são concebidas pelo governo em resposta a desafios específicos ou com o propósito de promover o bem-estar geral.

O processo de desenvolvimento e implementação de políticas públicas percorre várias etapas, começando pela identificação de problemas ou demandas. Em seguida, ocorre a formulação de propostas, análise de viabilidade, tomada de decisão, implementação e avaliação dos resultados obtidos. Essa abordagem estruturada visa garantir a eficácia e a pertinência das políticas públicas ao abordar as questões mais prementes da sociedade.

Assim, é necessário que o governo, enquanto principal executor e regulador, respalde e confie nas ações propostas por uma política pública para assegurar sua efetiva implementação e a consecução de seus objetivos. A confiança e o comprometimento governamental emergem como elementos fundamentais para o sucesso e a sustentabilidade das políticas públicas.

## 2.2 EXPLORANDO AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A pandemia de Covid-19 causou significativos impactos no setor educacional em uma escala global, resultando em medidas abrangentes de isolamento social e restrições. Nesse cenário, é crucial destacar as políticas adotadas, bem como os desafios e tendências emergentes que moldaram a educação em âmbito global.

O fechamento generalizado de escolas e a subsequente transição para o ensino remoto foram marcos importantes nesse contexto. Essa mudança radical trouxe à tona a necessidade de explorar a acessibilidade ao ensino remoto,

evidenciando desigualdades socioeconômicas e tecnológicas que podem resultar em impactos assimétricos na educação. É relevante observarmos que a análise da situação educacional durante a pandemia requer uma compreensão profunda das políticas implementadas, dos desafios enfrentados pelas instituições educacionais e dos padrões emergentes. Essa análise deve considerar especialmente a disparidade no acesso a recursos tecnológicos e a capacidade de engajamento no ensino remoto, destacando as áreas onde essas desigualdades são mais pronunciadas.

Durante o período pandêmico, diversas adaptações no sistema educacional foram observadas em cada país, destacando-se as particularidades entre os diferentes níveis de ensino, como fundamental, básico e superior. Essas transformações significativas na educação sublinharam a urgência de cultivar resiliência, promover inovação e fomentar a colaboração em todos os segmentos educacionais globalmente.

A necessidade premente de lidar com as contingências imprevisíveis levou a uma valorização mais acentuada da flexibilidade nos modelos de ensino. Essa flexibilidade não apenas permitiu, mas também incentivou adaptações rápidas e eficazes diante de circunstâncias desafiadoras. Nesse contexto dinâmico e em constante evolução, as lições aprendidas durante a pandemia têm o potencial de influenciar positivamente o futuro da educação, proporcionando um ambiente educacional mais adaptável, inovador e colaborativo em escala global.

Para se ter uma ideia do impacto da pandemia no ensino, “atingiu o pico de 1,7 bilhão de estudantes afetados (90% de todos os estudantes no mundo), de diferentes níveis e faixas etárias em até 193 países no período entre 28 de março e 26 de abril de 2020” (Senhoras, 2020, p. 130). Nesse contexto, um planejamento estratégico de médio prazo desempenha um papel crucial na abordagem dos desafios imediatos enfrentados em contextos diversos. Ao combinar ações imediatas com uma visão estratégica para o futuro, busca-se criar iniciativas que permitam a recuperação e a normalização a longo prazo, como foi implementado em vários países. Especificamente, os Estados Unidos e a China, com modelos econômicos diferentes, apresentaram resultados distintos no enfrentamento da pandemia e no ensino a distância.

Nessa conjuntura, Martins (2020, p. 29) analisou a resposta da China à crise:

A China, por sua vez, encontra-se em posição muito superior para enfrentar a crise. A centralidade que o Estado ocupa no seu padrão de acumulação frente ao capital, designado oficialmente como 'socialismo de mercado', fortalece o planejamento estratégico, a subordinação das finanças às metas de expansão da produção de mercadorias e serviços, o atingimento de objetivos sociais e a soberania científico-tecnológica sobre a empresa estrangeira e os fluxos internacionais de capital.

Esse modelo permitiu um planejamento estratégico na distribuição de bens e serviços por meio de transações de mercado, como também incorporou o planejamento econômico e a regulação pelo Estado para assegurar metas sociais e promover a equidade. Dessa forma, buscou-se um equilíbrio entre a dinâmica eficiente do mercado e a supervisão estatal, especialmente em setores essenciais para o bem-estar coletivo. A proposta visava reduzir as desigualdades sociais, alcançada por meio de políticas redistributivas que buscam equalizar oportunidades e garantir uma distribuição mais justa dos recursos. Além disso, o controle estatal sobre setores críticos consistiu em uma ferramenta utilizada para assegurar que as decisões econômicas estivessem alinhadas com as prioridades sociais, minimizando disparidades e promovendo uma sociedade mais equitativa.

Importa esclarecermos que a China apresenta uma organização estrutural redistributiva em suas políticas públicas e na produção de tecnologia, caracterizando-se como “[...] uma economia de alta tecnologia, intensiva em ciência e em serviços públicos [...]” (Martins, 2020, p. 30). Assim, o país oferece serviços públicos de alta qualidade, como saúde, educação e infraestrutura, criando um ambiente propício para o progresso tecnológico.

Em contraponto, a política neoliberal tradicionalmente enfatiza a liberdade individual, a livre iniciativa e a minimização da intervenção estatal na economia, enfrentando, entretanto, desafios e críticas. O liberalismo político é confrontado por uma derrota ideológica, refletindo a perda de influência e aceitação das ideias liberais na opinião pública. Esse declínio ocorre em decorrência da emergência e da aceitação generalizada de reivindicações que defendem uma intervenção estatal mais ativa na economia.

A globalização neoliberal, que se arrastava desde os anos 2010 com a fraca recuperação de Estados Unidos e União Europeia, o baixo dinamismo do comércio internacional, dos fluxos internacionais de capital e a crise do liberalismo político, sofre uma contundente derrota ideológica com a reivindicação, que se torna dominante na opinião pública, de políticas de intervenção estatal para manter empregos e salários dos trabalhadores e a liquidez e o patrimônio do setor produtivo (Martins, 2020, p. 29).

Com a intensificação da crise provocada pela pandemia, a necessidade de implementar políticas públicas para melhorar as condições de vida das pessoas tornou-se evidente. As ideias dominantes na sociedade, que antes sustentavam a crença na eficácia das políticas liberais, cederam lugar à aceitação generalizada de intervenções estatais como uma resposta necessária para enfrentar desafios econômicos, proteger empregos e sustentar a saúde financeira das empresas. Isso ocorre especialmente em momentos de crise econômica ou turbulência, quando abordagens mais intervencionistas ganham destaque devido à percepção de que o mercado, por si só, não é capaz de resolver os problemas emergentes.

A intervenção mais ativa do Estado na economia, especialmente em períodos de crise, é frequentemente utilizada para estimular a demanda agregada e combater o desemprego. Essas intervenções podem incluir aumentos nos gastos públicos, investimentos em infraestrutura e programas de bem-estar, além de medidas, como a redução de impostos para impulsionar a atividade econômica. Um exemplo recente é o Programa de Aceleração do Crescimento, lançado em 2023 no Brasil, que visa estimular o crescimento da economia, aumentar o emprego e melhorar as condições de vida da população nas áreas essenciais de saúde, educação, infraestrutura social e urbana, e mobilidade.

Sob essa perspectiva de transição diante dos desafios globais provocados pela pandemia, a necessidade de avanços científicos e tecnológicos se torna ainda mais clara, impactando positivamente a sociedade. Isso se traduz em investimentos em várias áreas, como “[...] ciência, educação e saúde públicas, infraestrutura social e novas fontes de energia, diversificação dos padrões de consumo e alto nível de coordenação nacional e internacional do planejamento estatal [...]” (Martins, 2020, p. 28). Essas ações têm o potencial de transformar fatores socioeconômicos, e, assim, o planejamento estatal depende da eficácia na implementação, da capacidade de adaptação às mudanças e da resposta às necessidades e demandas da população.

O debate sobre o papel do Estado no planejamento econômico e social oferece soluções inovadoras para desafios globais, promovendo avanços científicos e tecnológicos e impactando positivamente a sociedade em diferentes aspectos.

Martins (2020) analisa as ações econômicas dos Estados Unidos durante a pandemia, observando que a política estadunidense acentua a vulnerabilidade produtiva, financeira e tecnológica, distanciando-se cada vez mais de suas

pretensões hegemônicas. O autor ressalta a restrição da ajuda internacional, o corte de verbas para a OMS e as limitações no acesso aos serviços públicos. Ele afirma que “[...] a superioridade dos sistemas socialistas para a gestão de um paradigma tecnológico intensivo em bens públicos vai se tornando de flagrante evidência mundial [...]” (Martins, 2020, p. 28).

Essa análise destaca que, em sistemas socialistas, em que a propriedade dos meios de produção é estatal, pode haver uma alocação mais eficiente de recursos para o desenvolvimento tecnológico, especialmente no que se refere a bens públicos. A coordenação de esforços em pesquisa e inovação é facilitada, priorizando setores estratégicos que estão alinhados com as necessidades da sociedade. Além disso, a ênfase na igualdade de acesso a serviços públicos, como educação e saúde, poderia promover uma distribuição mais equitativa dos benefícios advindos do paradigma tecnológico.

No âmbito educacional, diversos fatores influenciam o processo de aprendizagem, incluindo a variedade de métodos de ensino, como aulas expositivas, atividades práticas e tecnologias educacionais disponíveis para a comunidade escolar. A promoção de discussões em grupo e o engajamento dos pais no processo de aprendizagem dos alunos também são fundamentais. É importante reconhecer as diferentes necessidades de aprendizagem dos alunos, considerando seus estilos e necessidades individuais, para promover o sucesso na educação.

A personalização do ensino pode envolver estratégias diferenciadas e feedback contínuo entre professores e alunos. Esse processo de internalização é essencial, uma vez que as habilidades e conhecimentos são inicialmente adquiridos por meio de interações sociais e, posteriormente, internalizados pelo aluno para uso independente

A interligação entre as políticas macroeconômicas implementadas no sistema econômico ao longo de 2020 e os impactos econômicos gerados pela pandemia revela uma conexão evidente com a abordagem neoliberal, marcada pela influência exercida nas relações entre os Estados Unidos e o Brasil, abrangendo os âmbitos econômicos, políticos e culturais nessa dinâmica geopolítica.

O Governo Bolsonaro se articula a este contexto buscando exercer um subimperialismo títere e fiel aos Estados Unidos. Ele representa a ascensão de uma lumpenburguesia que, com o respaldo majoritário da burguesia interna temerosa da organização das classes trabalhadoras, impõe a recessão estrutural, altos níveis de desemprego, a aceleração da

desindustrialização e a transição para nova etapa da dependência. O projeto econômico neocolonial, dirigido por Paulo Guedes, Ministro da Economia, é o de internacionalizar o sistema financeiro brasileiro, destruir os bancos públicos e dolarizar o Brasil, amarrando-o à dominação estadunidense, para que arraste junto a América do Sul, bloqueando-a da influência chinesa e russa ou da ressurgência de políticas de integração soberana (Martins, 2020, p. 32).

O projeto do então ministro Paulo Guedes, alinhado à Escola de Chicago, propôs mudanças significativas nas políticas econômicas e financeiras do país. Para ele, as forças de mercado são mais eficientes na alocação de recursos do que a intervenção do Estado no investimento em educação e treinamento, que são fundamentais para melhorar a produtividade. Políticas econômicas, como taxas de juros elevadas e políticas cambiais, também tiveram impacto significativo. Um câmbio desvalorizado pode beneficiar exportadores, tornando os produtos nacionais mais competitivos no mercado internacional. Os compradores estrangeiros precisam pagar menos em sua moeda para adquirir bens e serviços do país exportador.

Por outro lado, empresas com dívidas denominadas em moeda estrangeira podem se beneficiar de uma moeda local mais fraca, pois a dívida se torna relativamente mais barata para ser paga. No entanto, empresas que dependem fortemente de insumos ou produtos importados podem enfrentar maiores custos quando a moeda local é desvalorizada, uma vez que a compra de bens estrangeiros se torna mais cara.

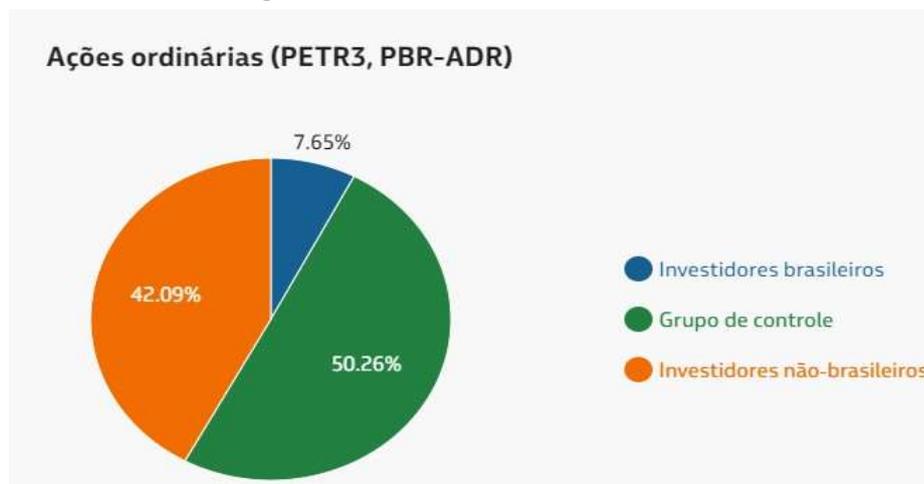
O Brasil, atualmente, passa por um processo em que exporta principalmente matérias-primas e é suscetível às flutuações nos preços globais das *commodities*. O país exporta matérias-primas, como petróleo bruto, e importa produtos refinados, como gasolina, diesel e outros derivados do petróleo, que são processados em refinarias localizadas em outros países.

Como exportador de *commodities*, o país está fortemente ligado ao mercado internacional, o que pode ter impactos significativos em tempos de crise global, como a pandemia. A fragilidade das instituições estatais brasileiras pode prejudicar a capacidade de resposta do governo diante de crises, incluindo a crise sanitária. O aumento da pobreza e a instabilidade política também são fatores que contribuem para a dificuldade em conter a crise sanitária. A pobreza limita o acesso das pessoas a cuidados de saúde adequados e a medidas preventivas, enquanto a crise política gera instabilidade e falta de coordenação na resposta governamental à pandemia. Assim, o Brasil enfrenta uma combinação de desafios econômicos, políticos e

sociais que dificultam a contenção da crise sanitária, destacando a interconexão entre esses diferentes aspectos na atual conjuntura do país.

Em uma matéria vinculada à Agência Brasil, Rodrigo Araújo Alves, diretor financeiro e de relacionamento com investidores da Petrobras, afirma: “Vale ressaltar que, além dos dividendos, recolhemos no ano de 2021 mais de R\$ 200 bilhões em tributos, totalizando cerca de R\$ 230 bilhões em retorno para a sociedade” (Brasil, 2022, n. p.). Os recursos públicos oriundos dos impostos e da lucratividade da empresa são divididos entre acionistas e o governo. Em contraponto, o liberalismo econômico enfatiza a importância da livre iniciativa, do mercado competitivo e da minimização da intervenção governamental na economia. Análises no site de investimento da Petrobras sobre as ações ordinárias (PETR3, PBR-ADR) mostram o seguinte gráfico (Figura 1):

**Figura 1 – Ações ordinárias Petrobras**



Fonte: Petrobras (2023).

A relação entre o Estado e o liberalismo é um tema complexo e multifacetado, que evoluiu ao longo da história e varia conforme o contexto político e as diferentes correntes do pensamento liberal. As empresas contribuem para os orçamentos públicos por meio de impostos corporativos, e esses recursos são utilizados pelo governo conforme suas prioridades e políticas. No caso específico da Petrobras, sua contribuição para o orçamento público ocorre por meio de impostos, *royalties* e outras formas de tributação.

A CF/1988 estabelece que a gestão desses recursos é uma responsabilidade compartilhada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. O Plano

Nacional de Educação (PNE), por sua vez, estabelece metas e estratégias para a educação no país, funcionando como um guia para as políticas educacionais. Esse plano pode incluir diretrizes para o financiamento e a gestão dos recursos, além de promover a participação da sociedade na formulação e no acompanhamento das políticas educacionais por meio de conselhos com atribuições normativas, deliberativas e de supervisão. A gestão dos recursos educacionais é abordada nos artigos 211 a 214 da Constituição, com destaque para o artigo 212:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.  
I - A distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios são assegurados mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil; [...] (Brasil, 1988, n. p.).

Com relação a CF/1988 e às leis que regulamentam as políticas educacionais, o diálogo com iniciativas liberais tende a refletir princípios fundamentais do liberalismo. Iniciativas liberais frequentemente favorecem parcerias entre os setores público e privado na oferta de serviços educacionais. Essas iniciativas geralmente buscam reduzir o papel direto do Estado na provisão de serviços educacionais, privilegiando a supervisão e o financiamento em detrimento da gestão operacional direta.

### 2.3 A INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DESAFIOS, POLÍTICAS E PARCERIAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA E DA GLOBALIZAÇÃO

Diversas entidades e organizações, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), inserem-se no âmbito educacional propondo políticas econômicas e educacionais alinhadas aos princípios neoliberais. Essas propostas incentivam a privatização, a avaliação baseada em resultados e a ênfase na eficiência. Além disso, as organizações não governamentais (ONGs) desempenham papéis diversos no campo da educação, que vão desde o desenvolvimento de

projetos educacionais até a defesa de direitos e políticas educacionais.

Dentre as ONGs mais reconhecidas e atuantes no cenário educacional brasileiro, destacam-se: o movimento Todos Pela Educação, que busca contribuir para o alcance das metas estabelecidas no PNE; o Instituto Ayrton Senna, que desenvolve projetos e programas voltados para a transformação da realidade educacional brasileira, com ênfase em inovações pedagógicas; e o Instituto Unibanco, que promove projetos destinados a melhorar a qualidade do Ensino Médio no Brasil, buscando a integração entre escola e comunidade. O movimento Todos Pela Educação mobiliza a população em prol da melhoria da educação básica no país.

No contexto da pandemia, o ensino foi fortemente impactado, evidenciando a atuação das empresas de educação e de tecnologia educacional. Ferramentas e plataformas foram desenvolvidas para apoiar o ensino e a aprendizagem *on-line*, como os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), que facilitam a colaboração em tempo real entre alunos e professores. Exemplos de ferramentas populares incluem *Google Workspace for Education* e *Microsoft Teams*, além de recursos digitais interativos e plataformas de EaD, que oferecem suporte personalizado aos alunos por meio de tutoria *on-line*, assistentes virtuais e sistemas de aprendizado adaptativo.

O processo de importação de tecnologia abrange a aquisição de conhecimento, habilidades, métodos ou produtos tecnológicos de outros países. Esse processo pode ser conduzido por empresas, organizações governamentais ou instituições de pesquisa que buscam adotar ou incorporar avanços tecnológicos em suas operações.

Os impactos das políticas neoliberais na educação, ciência e tecnologia são preocupantes e têm se manifestado em diversas frentes. Um dos principais aspectos dessas políticas é a redução do papel do Estado, resultando frequentemente em cortes significativos de investimentos em áreas fundamentais para o desenvolvimento social e econômico. Na esfera da educação, as políticas neoliberais promovem a privatização e a mercantilização do ensino, transformando a educação em uma mercadoria e um negócio lucrativo.

Concomitantemente, aprofunda-se o grau de privatização e de imposição de modelos exógenos pelos países centrais para os países de capitalismo tardio como o Brasil, tendo com um dos principais protagonistas no país a

Fundação Lemann. Grandes corporações transnacionais também intensificaram suas ações na área de educação e pesquisa como o Google, através de plataformas computacionais tendenciosas e da realização de convênios com escolas e universidades ao redor do mundo (Pinto; Cerqueira, 2020, p. 48).

O neoliberalismo transforma a educação em mercadoria, levando a uma orientação desproporcional para resultados mensuráveis, como pontuações em testes padronizados, em detrimento do desenvolvimento integral dos alunos e da promoção de habilidades críticas e criativas. Essa abordagem, amplamente difundida por políticas neoliberais, tende a promover a padronização do currículo e dos processos de avaliação, com o objetivo de estabelecer medidas uniformes de desempenho e prestação de contas.

Entretanto, essa padronização pode minar a autonomia dos educadores e das instituições de ensino, restringindo sua capacidade de personalizar a educação para atender às necessidades individuais dos alunos e às demandas das comunidades locais. O estabelecimento de um conjunto uniforme de padrões não considera as especificidades culturais, socioeconômicas e educacionais de diferentes contextos, resultando em uma abordagem educacional descontextualizada e potencialmente ineficaz.

Nesse sentido, evidências têm mostrado que a imposição de políticas neoliberais na educação pode ter efeitos adversos no desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos, além de contribuir para a reprodução e ampliação das desigualdades sociais. Portanto, é fundamental que as políticas educacionais adotem uma abordagem mais ampla e contextualizada, promovendo a diversidade, a inclusão e a participação das comunidades educacionais na definição de diretrizes e práticas pedagógicas. Esse processo é essencial para garantir uma educação de qualidade, equitativa e adaptada às necessidades individuais e coletivas dos alunos.

As políticas educacionais globais, ou diretrizes que os países são incentivados ou pressionados a adotar por meio de acordos comerciais ou tratados internacionais, podem conter disposições relacionadas à educação. Essas disposições exigem que essas nações implementem determinadas políticas educacionais para cumprir os compromissos assumidos, muitas vezes em parceria com governos nacionais ou agências internacionais.

A crescente interdependência e globalização dos sistemas educacionais resultam em fatores externos que podem ter um impacto significativo sobre como a

educação é estruturada e entregue em nível nacional. Essa dinâmica levanta questões sobre soberania nacional, autonomia educacional e a capacidade dos países de moldarem seus próprios sistemas educacionais de acordo com suas necessidades e prioridades locais.

Organizações, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial, a OCDE e a Comissão Europeia (CE) desempenham um papel importante nesse contexto. Essas instituições internacionais têm diferentes objetivos e mandatos, e, embora possam influenciar as políticas educacionais por meio de recomendações, análises e diretrizes, não têm autoridade direta para definir políticas educacionais em nível nacional.

A OMC é uma organização internacional dedicada à facilitação do comércio global. Por mais que aborde algumas questões relacionadas à educação, seu foco principal é o comércio internacional. O Banco Mundial, por sua vez, é uma instituição financeira que fornece empréstimos e assistência técnica para projetos de desenvolvimento em países em desenvolvimento, incluindo iniciativas na área da educação. A OCDE reúne países desenvolvidos para discutir políticas econômicas, sociais e educacionais, produzindo relatórios e análises que podem influenciar as políticas educacionais dos países membros. A Comissão Europeia, sendo o órgão executivo da União Europeia, pode influenciar as políticas educacionais dos países membros por meio de diretrizes e financiamento.

Essas organizações podem exercer uma influência significativa sobre as políticas educacionais dos países por meio de recomendações, análises e programas de assistência técnica e financeira. No entanto, as políticas educacionais são geralmente definidas e implementadas por governos nacionais, em resposta às suas próprias prioridades e circunstâncias específicas.

Sobre a influência das organizações internacionais, podemos tomar como exemplo:

A Unesco, semelhante ao BM e à OCDE, defende um ensino híbrido, pelas plataformas nacionais e internacionais, com recursos pedagógicos alternativos e presencial nas escolas. O hibridismo defendido pela Unesco é amplo, tendo em vista que inclui estruturas educativas formais e não formais e aí é preciso criar critérios de validação desses conhecimentos para fins de acreditação curricular (Maues, 2021, p. 21).

A colaboração entre múltiplos setores da sociedade – como governos,

organizações não governamentais, empresas privadas, instituições acadêmicas e comunidades locais – é fundamental para enfrentar desafios complexos e urgentes. No contexto da continuidade da educação em uma escala sem precedentes, essa parceria deve envolver diversos atores trabalhando juntos para garantir que todos os alunos tenham acesso à educação, especialmente em situações de emergência, como pandemias ou desastres naturais. Isso pode ser alcançado por meio da criação de conteúdo educacional de alta qualidade e acessível para alunos de todas as idades e níveis de ensino, adaptado a diferentes contextos culturais e linguísticos, além da capacitação e apoio aos professores para que possam se adaptar ao ensino remoto e desenvolver habilidades de ensino *on-line* eficazes.

O mercado e o Estado estabelecem parcerias que impulsionam políticas e ações alinhadas à lógica mercantilista, característica de uma abordagem neoliberal na governança pública. Nesse contexto, as relações entre o Estado e o mercado se estreitam, e o setor privado desempenha um papel significativo na definição e implementação de políticas públicas. O Estado pode terceirizar a prestação de serviços públicos, como educação, saúde e transporte, permitindo que empresas lucrem com a oferta desses serviços. Nesse cenário, o *lobby* e a influência política são mecanismos pelos quais as empresas exercem influência sobre o processo político, por meio de *lobby* e financiamento de campanhas, buscando moldar a legislação e as políticas de acordo com seus interesses comerciais.

As políticas públicas educacionais nacionais, com as devidas mediações, passam a ser elaboradas baseadas nos objetivos e metas da Agenda Global da Educação, cujo objetivo principal é garantir ao capital que realize o circuito que promova a acumulação por meio da formação do capital humano. Por isso, é importante estabelecer essas relações entre as finalidades dessa agenda, elaborada pelos representantes da globalização neoliberal, e o que é apresentado como demanda da sociedade (Maues, 2021, p. 24).

Os organismos internacionais desempenham um papel importante na elaboração de diretrizes e estratégias. Elas têm várias funções importantes, como fornecer plataformas para que os países membros discutam e desenvolvam políticas em diversas áreas, além de fortalecer as capacidades institucionais e implementar políticas eficazes na modernização de sistemas de gestão e práticas administrativas. Isso inclui a implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação para acompanhar o progresso na execução das políticas.

Diante disso, podemos afirmar que as políticas educacionais têm objetivos econômicos, sendo complexas e sujeitas a diferentes interpretações e perspectivas. Enquanto alguns podem ver a educação como um meio de promover o desenvolvimento econômico, outros enfatizam os papéis que ela deve exercer na promoção da equidade, da cidadania e do desenvolvimento humano.

## 2.4 POLÍTICAS EDUCACIONAIS ADOTADAS EM DIFERENTES PAÍSES

A OCDE tem como objetivo central promover políticas que impulsionem o progresso econômico e social em escala global. Por meio da cooperação internacional, a essa organização busca fomentar o crescimento econômico sustentável, assegurar a estabilidade financeira e estimular a criação de empregos. Para tanto, ela atua na formulação e implementação de políticas que incentivam o investimento, a inovação e o empreendedorismo, considerados essenciais para o desenvolvimento econômico.

E ainda, a OCDE trabalha na promoção de políticas voltadas para o crescimento econômico inclusivo. Mediante a troca de conhecimentos e experiências entre seus países-membros e parceiros, a organização visa garantir que as políticas educacionais sejam adaptadas às realidades globais emergentes, como ocorreu na pandemia de Covid-19. Nesse contexto, a OCDE orientou o Brasil na adequação de suas políticas educacionais à nova realidade imposta, reforçando a relação do país com organizações internacionais na busca por desenvolvimento econômico e social, bem como na resolução de desafios globais, especificamente no âmbito educacional.

É evidente a influência de organismos multilaterais na formulação de políticas educacionais, o que pode impactar a autonomia dos países na definição de suas próprias diretrizes educacionais. Por mais que essas instituições multilaterais visam ofertar benefícios, como o fomento ao desenvolvimento econômico e social, também existem desvantagens associadas à dependência delas. Dentre os pontos negativos, estão a imposição de medidas de austeridade, privatizações e reformas estruturais, que, muitas vezes, são condições para o acesso a financiamentos e outros auxílios. Nesse contexto,

[...] a educação é convocada a adaptar a formação dos indivíduos a essas mudanças sociais, devendo preparar os trabalhadores para adequar-se às novas exigências do mercado de trabalho. Respondendo a essas demandas formativas, o BM e os organismos multilaterais engendram uma agenda global de reformas, com metas e propósitos para serem realizadas e alcançadas pelos países, rumo à chamada educação para o século XXI (Rabelo; Freres; Lemos, 2022, p. 210).

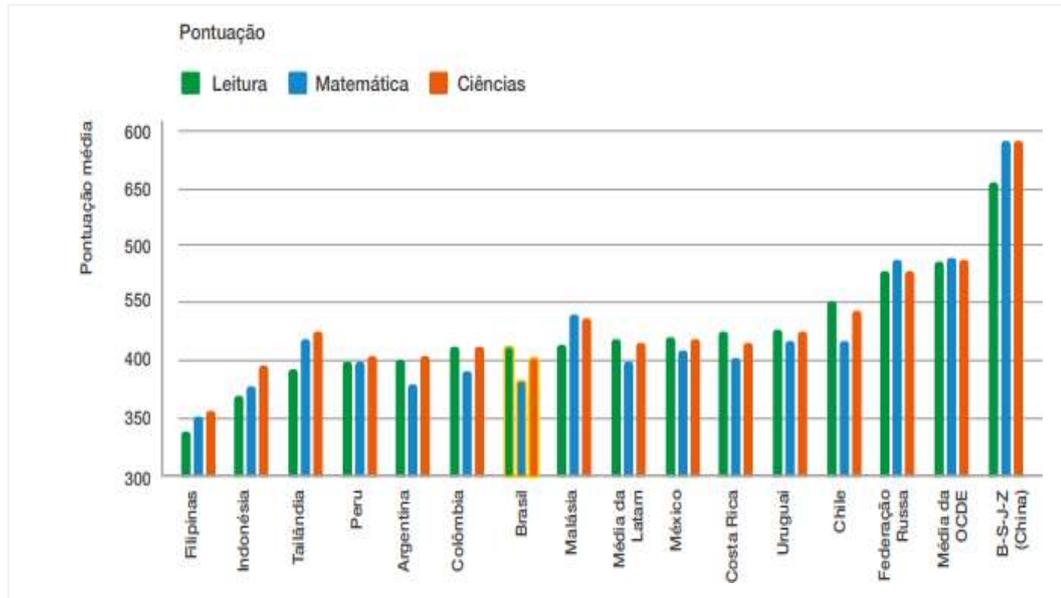
A complexidade e os desafios enfrentados pela educação na era contemporânea são amplificados por mudanças sociais, econômicas e tecnológicas, que exigem uma adaptação contínua das políticas educacionais. No contexto da pandemia, políticas utilitaristas priorizaram o investimento em programas de capacitação e treinamento para professores, especialmente em habilidades e ferramentas necessárias para o ensino remoto. Isso inclui o uso de materiais didáticos digitais, plataformas de ensino *on-line* e suporte técnico. Em análise dessas políticas, um relatório conjunto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Banco Mundial aponta que, em muitos países de baixa e média renda, os professores receberam apoio limitado para seu desenvolvimento profissional, o que dificultou a transição para o ensino remoto (Azevedo, 2021). Essa lacuna de suporte evidenciou os desafios enfrentados por esses profissionais, resultando em dificuldades na adaptação ao novo cenário educacional.

Para enfrentar a crise de aprendizagem, os países devem primeiro abordar a crise de dados de aprendizagem, avaliando os níveis de aprendizagem dos alunos. Embora perdas substanciais em leitura e matemática tenham sido documentadas em vários países e apresentem variações entre países, séries, disciplinas e características dos alunos, os dados sobre a perda de aprendizagem permanecem escassos de modo geral (Azevedo *et al.*, 2021, p. 4).

A ausência de dados abrangentes sobre a perda de aprendizagem, apesar de relatos de perdas substanciais em diversos países, evidencia uma lacuna significativa na compreensão dos impactos da pandemia na educação. Esse cenário destaca a necessidade urgente de coleta sistemática e abrangente de informações, a fim de orientar políticas e práticas educacionais de forma mais eficaz. No entanto, a disparidade no ensino no Brasil em comparação com outros países nos leva a examinar dados anteriores à pandemia, como os do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) em 2018 (Figura 2). De acordo com o relatório “Educação no Brasil: uma perspectiva internacional”, publicado pela OCDE em 2021,

esses dados já revelavam desafios significativos no desempenho educacional do país, indicando a necessidade de ações estratégicas ainda mais robustas no período pós-pandemia.

**Figura 2 – Desempenho de jovens de 15 anos em Leitura, Matemática e Ciências (Pisa 2018)**



Fonte: OCDE (2021, p. 112).

Os resultados educacionais do Brasil permanecem significativamente abaixo da média da OCDE e da maioria dos países de referência em todas as disciplinas. O país está consideravelmente atrás de economias emergentes de alto desempenho, como a Federação Russa e a China. O desempenho brasileiro é comparável ao de seus vizinhos na América Latina, porém inferior ao do Chile, Costa Rica, México e Uruguai. Esses dados revelam uma realidade preocupante e apontam para desafios substanciais que o sistema educacional brasileiro enfrenta em termos de qualidade e eficácia.

Para compreender o contexto econômico e educacional do Brasil, é preciso analisar tanto as políticas microeconômicas quanto as macroeconômicas, em diálogo com o modelo econômico adotado pelo país. Isso implica examinar não apenas as políticas governamentais voltadas para aspectos específicos da economia, como tributação, regulação e investimento, mas também as políticas macroeconômicas que visam controlar variáveis de grande impacto, como inflação, desemprego e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Martins (2020, p. 28) defende que:

A superioridade dos sistemas socialistas para a gestão de um paradigma tecnológico intensivo em bens públicos vai se tornando de flagrante evidência mundial. Isso tende a se acentuar pelas dificuldades das políticas keynesianas clássicas funcionarem em períodos recessivos de longa duração como é o que provavelmente estamos ingressando.

A opinião expressada considera os sistemas socialistas mais adequados para gerir paradigmas tecnológicos que demandam grandes quantidades de bens públicos, sugerindo que a intervenção estatal e a propriedade coletiva dos meios de produção seriam vantajosas nesse contexto. Além disso, há uma crítica às políticas keynesianas clássicas, apontando que elas enfrentam dificuldades para funcionar em períodos recessivos prolongados. Essa análise reflete o debate entre diferentes ideologias e abordagens econômicas, especialmente no que diz respeito à eficácia das políticas de estímulo econômico baseadas nos princípios de Keynes para lidar com crises de longa duração.

Para Keynes (*apud* Paula, 2008), por mais que os agentes econômicos busquem maximizar seus próprios interesses, isso nem sempre resulta no melhor para a sociedade como um todo. Esse fenômeno ocorre porque as decisões individuais frequentemente não levam em consideração externalidades ou o impacto sobre outros agentes econômicos.

Keynes defendia que a soma dos interesses particulares nem sempre coincide com o interesse coletivo, ou seja, o auto-interesse nem sempre atua a favor do interesse público, pois o mercado, além de poder ser falho na alocação dos recursos e na promoção do pleno emprego, exclui os mais fracos (empresas e trabalhadores) (Paula, 2008, p. 218).

Ainda de acordo com Keynes (*apud* Paula, 2008, p. 218), “O Estado seria capaz de arbitrar e estimular a concorrência e, além disso, de influir de forma decisiva sobre as variáveis econômicas mais relevantes, como o desemprego e a distribuição de renda e da riqueza”. Essa visão reflete sua defesa pelo aumento dos gastos públicos como forma de estimular a demanda e impulsionar o crescimento econômico. O aumento dos gastos governamentais pode gerar um impacto positivo na renda nacional, à medida que os recursos injetados sejam reutilizados em diversos setores da economia.

Em matéria publicada em 9 de dezembro de 2022, o jornalista Fabio Graner, analista de economia do portal JOTA, destaca que, embora Fernando Haddad “[...]”

não seja um militante de ‘igrejas’ econômicas, é claramente simpático às teses keynesianas, que embasam a escola desenvolvimentista no Brasil” (Graner, 2022, n. p.). Essa posição mostra a relevância do pacto federativo como contraponto às ideias desenvolvidas por Keynes durante a Grande Depressão da década de 1930. Keynes argumentava que, em tempos de recessão econômica, a intervenção estatal na economia era necessária para estimular a demanda agregada e promover o crescimento econômico.

No campo da educação, o Estado também desempenha um papel ativo ao promover políticas que integram a educação como um mecanismo de estímulo ao crescimento econômico e à estabilidade social. Isso inclui a garantia de acesso universal a uma educação de qualidade, o financiamento adequado das instituições educacionais e a formulação de políticas voltadas para a redução das desigualdades no acesso e nos resultados educacionais.

Em um recorte histórico recente, podemos constatar uma nítida diferença entre as orientações econômicas dos ministros Paulo Guedes, no governo Bolsonaro, e Fernando Haddad, no governo Lula. Paulo Guedes, simpatizante da Escola de Chicago, e Haddad, com inclinações keynesianas, refletem visões econômicas contrastantes. Enquanto Keynes defendia um papel ativo do Estado na economia, especialmente durante períodos de recessão, a Escola de Chicago advoga por uma menor intervenção estatal, confiando na eficiência do mercado livre para a alocação de recursos.

Os economistas da Escola de Chicago sustentam que o mercado, com menos interferência governamental, é capaz de otimizar a alocação de recursos, promovendo maior eficiência econômica. Em contraposição, Keynes reconhecia a importância da política monetária e fiscal na gestão econômica, defendendo a intervenção estatal para controlar variáveis como o desemprego e a inflação. Um exemplo dessa influência pode ser observado na tentativa de redução das taxas de juros como forma de estimular a economia.

Ambas as escolas de pensamento econômico — a Escola de Chicago e o keynesianismo — podem ser consideradas dentro do espectro do liberalismo econômico, embora apresentem divergências significativas, especialmente no que diz respeito ao papel do Estado. Enquanto a Escola de Chicago privilegia uma abordagem focada no mercado, com o objetivo de preparar os alunos para o mercado de trabalho e fomentar o empreendedorismo, as ideias keynesianas

destacam a necessidade de o Estado atuar como agente central na regulação econômica e social.

No contexto educacional, a Escola de Chicago tende a valorizar a formação técnica e profissionalizante, orientada para atender às demandas do mercado. Em contrapartida, Keynes enfatizava a intervenção estatal não só na economia, mas também em áreas como saúde, educação e infraestrutura, especialmente durante crises econômicas, como a provocada pela pandemia de Covid-19. Para Keynes, o investimento público em serviços essenciais seria uma forma de estimular a demanda agregada, promover o pleno emprego e garantir o bem-estar social.

Durante a pandemia, o papel do Estado na promoção de investimentos estratégicos em setores como saúde e educação mostrou-se essencial não apenas para a recuperação econômica, mas também para a melhoria da qualidade de vida da população. Além disso, esses investimentos podem servir como base para um crescimento econômico sustentável e inclusivo em longo prazo, preparando o país para enfrentar futuras crises.

Assim, as ideias de Keynes ressaltam a importância de uma intervenção estatal ativa, especialmente em tempos de crise, para promover o desenvolvimento econômico e social. Investimentos em serviços públicos essenciais não só atendem às demandas imediatas da população, como também estabelecem as bases para uma economia mais equilibrada e resiliente, capaz de suportar os desafios futuros.

## **CAPÍTULO 3 – AVALIAÇÃO E ADAPTAÇÃO CONTÍNUA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

Neste último capítulo, focaremos na avaliação e nas adequações contínuas das políticas educacionais após a fase inicial da pandemia. Discutiremos os impactos das políticas neoliberais na educação em Goiás, os desafios enfrentados pelos profissionais de ensino e as iniciativas tecnológicas implementadas para mitigar desigualdades. Além disso, examinaremos as perspectivas futuras para a educação no estado, enfatizando a necessidade de reformas estruturais e de um planejamento estratégico que integre experiências internacionais.

### **3.1 REFLEXÕES SOBRE A CONTINUIDADE E A SUSTENTABILIDADE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PÓS-PANDEMIA**

As políticas educacionais cumprem importante papel no contexto mais amplo das políticas sociais e da atuação do Estado. Essas políticas são essenciais para promover a igualdade de oportunidades, garantindo que todos os membros da sociedade tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem socioeconômica, gênero, etnia ou localização geográfica.

O Estado atua como motor central na formulação e implementação de políticas voltadas para a redução das disparidades educacionais e a garantia de inclusão de grupos marginalizados. Além de promover a justiça social, essas políticas contribuem para a formação de uma força de trabalho qualificada, o que é fundamental para impulsionar a inovação, a produtividade e a competitividade no mercado global.

Frequentemente, o Estado desenvolve políticas educacionais com o objetivo de fortalecer a educação básica, técnica e superior, assim como programas de formação profissional, de modo a atender às demandas do mercado de trabalho e promover o desenvolvimento econômico sustentável.

O Estado pode implementar políticas educacionais que garantam educação gratuita e de qualidade, além de programas de apoio para famílias de baixa renda, como bolsas de estudo, alimentação escolar e assistência médica. Logo, as políticas educacionais estão intrinsecamente relacionadas com as políticas sociais e a ação

estatal, sendo fundamentais na promoção do desenvolvimento humano, social e econômico, bem como na redução das desigualdades e na construção de sociedades mais justas e democráticas.

Nas sociedades capitalistas, embora o Estado esteja submetido aos interesses gerais do capital na organização e na administração do público, as políticas públicas, especialmente as de cunho social, são produto das lutas, pressões e conflitos entre os grupos e classes que constituem a sociedade. Em síntese, as políticas públicas são o resultado de barganhas e conflitos, consensos e embates entre os diferentes grupos ou classes que compõem determinada sociedade (Araújo; Almeida, 2010, p. 106).

A intervenção estatal é responsável pela formulação e implementação de políticas públicas que afetam diversos aspectos da organização social, como educação, saúde, economia, meio ambiente e justiça. Essas políticas são moldadas por uma série de fatores, incluindo demandas da sociedade civil, pressões de grupos de interesse, ideologias políticas e restrições orçamentárias. Organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos individuais, como grupos de interesse, influenciam o desenvolvimento dessas políticas.

A estrutura da organização social também influencia a implementação das políticas públicas, considerando a disponibilidade de recursos, as capacidades institucionais, a burocracia e a cultura organizacional. Além disso, a sociedade civil configura-se como relevante na fiscalização e no monitoramento da execução dessas políticas, assegurando a prestação de contas e a transparência das ações governamentais.

O governo responde a mudanças nas condições sociais, econômicas e políticas, bem como a críticas e demandas da sociedade civil, ajustando e reformulando políticas existentes ou desenvolvendo novas abordagens para enfrentar desafios emergentes.

A avaliação contínua permite acompanhar o progresso das políticas educacionais e identificar áreas que estão funcionando bem, bem como aquelas que necessitam de melhorias. Isso pode incluir avaliações do desempenho dos alunos, taxas de conclusão, participação dos pais, entre outros indicadores. Novos desafios surgem regularmente, como avanços tecnológicos, mudanças demográficas e necessidades especiais dos alunos. A avaliação contínua ajuda a identificar esses desafios emergentes e a adaptar as políticas educacionais para enfrentá-los adequadamente.

Além disso, a avaliação contínua possibilita a educadores e formuladores de políticas compreendam melhor as necessidades dos alunos, possibilitando a adaptação das políticas educacionais para atender a essas necessidades de forma eficaz. Ao avaliar regularmente as políticas educacionais, é possível identificar áreas onde a qualidade do ensino pode ser aprimorada. Isso pode envolver o desenvolvimento profissional de professores, a atualização de currículos, a implementação de novas metodologias de ensino e o uso de recursos educacionais inovadores. A tomada de decisões deve ser baseada em evidências disponíveis, estando aberta a ajustes e mudanças, conforme necessário.

Ao adotar uma abordagem de aprendizado contínuo, os sistemas educacionais podem se tornar mais ágeis, responsivos e eficazes na preparação dos alunos para os desafios, especialmente em contextos adversos como o vivido durante a pandemia.

A avaliação do ensino durante a pandemia apresentou um desafio único, devido às circunstâncias extraordinárias que afetaram as escolas, os alunos e os professores. É fundamental avaliar a eficácia das estratégias de ensino, considerando aspectos como a participação dos alunos, o progresso acadêmico, a retenção de informações e o engajamento nas atividades de aprendizagem *on-line*, além do impacto do ensino nas habilidades socioemocionais dos alunos.

É necessário avaliar a eficácia das ferramentas e plataformas educacionais utilizadas, levando em conta a facilidade de uso, a acessibilidade, a eficácia na entrega de conteúdo e a interação entre alunos e professores. Documentos legais, como decretos presidenciais, leis aprovadas pelo parlamento e legislação específica relacionada à pandemia, podem fornecer informações sobre as medidas adotadas pelo governo em resposta à crise.

Relatórios oficiais emitidos pelo governo, por agências de saúde pública e por outros órgãos governamentais podem fornecer dados e análises sobre o progresso da pandemia, a eficácia das medidas implementadas e o impacto socioeconômico das políticas adotadas. Os planos de contingência e as estratégias elaboradas pelo governo para lidar com a pandemia trazem informações sobre as diretrizes e objetivos das políticas de Estado durante esse período.

E mais, relatórios de organizações internacionais fornecem análises comparativas, melhores práticas e recomendações para políticas de saúde pública durante a pandemia. Estudos e pesquisas realizadas por instituições acadêmicas e

de pesquisa também apresentam análises sobre diferentes aspectos da pandemia e das políticas de estado adotadas em resposta a ela.

Diferentes teorias e abordagens teóricas podem informar a pesquisa sobre as políticas de estado durante a pandemia, assim como as teorias da governança pública. As metodologias utilizadas em estudos anteriores podem oferecer informações valiosas sobre as abordagens mais adequadas para investigar essas políticas. Isso inclui o emprego de métodos quantitativos, como análise estatística de dados epidemiológicos, e métodos qualitativos, como estudos de caso, entrevistas e análise de conteúdo de documentos.

O contexto temporal e geográfico da pesquisa é essencial para definir os limites e o escopo do estudo. A análise das políticas de Estado durante a pandemia pode se concentrar em um período específico ou em uma região particular, levando em consideração as peculiaridades locais.

Aspectos pragmáticos, como recursos disponíveis, acesso a dados e colaboração com parceiros de pesquisa, também influenciam as decisões metodológicas e o design do estudo. É fundamental considerarmos esses fatores ao planejar e conduzir a pesquisa.

Ao realizar uma análise desses aspectos teóricos, metodológicos, epistemológicos e pragmáticos, os pesquisadores podem desenvolver uma compreensão mais profunda das diferentes abordagens possíveis para investigar as políticas de estado durante a pandemia. Isso permite a seleção das estratégias mais apropriadas para responder às questões de pesquisa e aos objetivos do estudo.

A análise de políticas é uma abordagem sistemática para examinar como as políticas são desenvolvidas, implementadas e avaliadas ao longo do tempo. Esse processo envolve a revisão de documentos, leis, regulamentos, relatórios governamentais e outras fontes de dados para identificar as políticas relevantes, os atores envolvidos, os objetivos declarados e os impactos observados. Como afirmado por Consaltér e Fávero (2019, p. 153), “[...] é oportuno abordar a caracterização de espaço e tempo concernente ao processo analítico das políticas investigadas”.

Na análise do relatório de gestão em conformidade com a Resolução Normativa TCE n.º 005/2018, são apresentadas informações sobre a conformidade e o desempenho dos atos de gestão praticados pelo ordenador de despesa, evidenciando os resultados dos programas desenvolvidos no âmbito da SEDUC-GO.

O respectivo relatório demonstra todos os esforços realizados pela Secretaria, com implementações de ações, com o intuito de atingir os objetivos e metas traçado no planejamento estratégico estadual, e garantir o êxito e sucesso dos processos de ensino e aprendizagem escolar, entregando uma educação verdadeiramente ética, respeitosa, inclusiva e cidadã para todos, portanto, neste processo é imprescindível a estruturação das atividades jurídicas, administrativas, pedagógicas e financeiras da educação pública estadual (Goiás, 2020b, p. 16).

A análise revela uma perspectiva formal e técnica sobre os esforços realizados pela SEDUC-GO para alcançar os objetivos delineados no planejamento estratégico estadual. Nesse sentido, podemos destacar as ações implementadas, que visam assegurar o êxito e o sucesso dos processos de ensino e aprendizagem escolar. É essencial estruturar as atividades jurídicas, administrativas, pedagógicas e financeiras da educação pública estadual, ressaltando a importância da organização e eficácia dos diversos aspectos envolvidos na gestão educacional.

Em outra parte do relatório, é mencionado que “sob os princípios da equidade, igualdade e da cidadania coletiva” (Goiás, 2020b, p. 17), são evidenciados conceitos que remetem a John Rawls. Este filósofo está associado à corrente do liberalismo político, na qual o Estado é visto como uma instituição responsável por garantir os direitos individuais e proteger os cidadãos de qualquer forma de coerção excessiva. A proposta de Rawls busca conciliar a liberdade individual com a justiça social e a igualdade de oportunidades.

Acerca da teoria de John Rawls, Ghisleni e Spengler (2011, p. 07) enfatizam a importância tanto da igualdade quanto da liberdade para todos os indivíduos: “igualdade e liberdade para todos os indivíduos, e sob tais condições, é possível formalizar um acordo coletivo”. Isso significa que todos os membros da sociedade têm o direito de participar do processo de tomada de decisões e que suas perspectivas devem ser levadas em consideração de maneira igualitária. No entanto, mesmo que a busca por igualdade e liberdade para todos seja uma premissa fundamental, as desigualdades socioeconômicas, históricas e estruturais podem significar que alguns indivíduos iniciam em uma posição desfavorável em comparação com outros. Estruturas e instituições sociais existentes, como o sistema econômico e o sistema político, podem perpetuar desigualdades e limitar a liberdade de certos grupos.

Com relação ao Relatório de Diretrizes Operacionais da Rede Pública

Estadual de Educação de Goiás (2020b), podemos avaliar a eficácia das políticas educacionais implementadas com base em vários critérios, que incluem dados estatísticos, análises qualitativas e relatos dos resultados alcançados. Essas políticas estão alinhadas com os objetivos e metas estabelecidos pelo Estado para melhorar a qualidade da educação e promover a equidade no acesso à educação, destacando tanto os sucessos quanto os desafios encontrados ao longo do processo. Essa análise contribui para informar decisões futuras e aprimorar a eficácia das políticas.

O discurso introdutório estabelece o tema central do relatório sobre políticas educacionais e indica seu propósito principal: fornecer uma visão abrangente do progresso e dos desafios na área da educação. Essa é uma declaração oficial da SEDUC-GO, que descreve suas prioridades e objetivos em relação ao sistema educacional do estado. O relatório deve refletir um compromisso com a responsabilidade e a prestação de contas, demonstrando como os recursos foram utilizados de maneira eficiente e eficaz para promover melhorias na educação.

A Secretaria de Estado da Educação de Goiás, mantenedora da rede pública estadual de ensino de Goiás, investe no alcance da universalização do ensino, do acesso e permanência dos estudantes nas unidades escolares, bem como viabiliza a crescente qualidade do Ensino Fundamental e médio, nas modalidades de educação de jovens e adultos, especial, profissional, do campo, indígena, quilombola e a distância, com prioridade para uma formação inclusiva, integral e integradora, sob os princípios da equidade, igualdade e da cidadania coletiva. Investe também nas políticas de valorização, qualificação e no desenvolvimento dos profissionais da educação, favorecendo a construção da autonomia cidadã dos sujeitos e o êxito dos processos e resultados educativos (Goiás, 2020b, p. 5).

O texto destaca uma variedade de modalidades educacionais, demonstrando uma preocupação em atender às diversas necessidades da população. Isso reflete um compromisso com a promoção da igualdade de acesso e oportunidades na educação, independentemente das características individuais dos estudantes. A menção ao investimento em políticas de valorização, qualificação e desenvolvimento dos profissionais da educação é fundamental, pois pode contribuir para melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem. Contudo, embora o texto afirme a implementação de diversas políticas e investimentos, não oferece detalhes específicos sobre como essas ações estão sendo financiadas, implementadas ou avaliadas.

Antes de abordar as políticas do Estado de Goiás, é necessário discutir a Lei LC n.º 173/2020, que foi promulgada em resposta à crise causada pela pandemia de Covid-19 e estabeleceu medidas para enfrentar os impactos econômicos e sociais decorrentes da emergência de saúde pública. Embora a lei tenha sido amplamente considerada necessária para lidar com os desafios imediatos da crise, também gerou críticas e debates sobre suas implicações, especialmente no que diz respeito à educação.

Uma das principais críticas à LC n.º 173/2020 é que ela impõe limitações aos gastos públicos, o que pode afetar negativamente o financiamento da educação. Essa situação pode resultar na redução de investimentos em áreas essenciais, como infraestrutura escolar, capacitação de professores e programas educacionais.

Importa salientarmos que a falta de flexibilidade orçamentária pode agravar as desigualdades educacionais existentes, uma vez que os sistemas educacionais mais vulneráveis podem ser mais afetados pelas restrições financeiras impostas pela lei. Isso pode ampliar o fosso de desigualdade entre as escolas e as regiões do país. O Artigo 8º da LC n.º 173/2020 impõe uma série de restrições aos entes federativos em relação a contratações, reajustes salariais e promoções de servidores públicos durante um período determinado:

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

I - Conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública;

II - criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - admitir ou contratar pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia, de direção e de assessoramento que não acarretem aumento de despesa, as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, as contratações de temporários para prestação de serviço militar e as contratações de alunos de órgãos de formação de militares;

V - realizar concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV;

VI - criar ou majorar auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade;

VII - criar despesa obrigatória de caráter continuado, ressalvado o disposto nos §§ 1º e 2º;

VIII - adotar medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º da Constituição Federal;

IX - Contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.

§ 1º O disposto nos incisos II, IV, VII e VIII do caput deste artigo não se aplica a medidas de combate à calamidade pública referida no caput cuja vigência e efeitos não ultrapassem a sua duração.

§ 2º O disposto no inciso VII do caput não se aplica em caso de prévia compensação mediante aumento de receita ou redução de despesa, observado que:

I - Em se tratando de despesa obrigatória de caráter continuado, assim compreendida aquela que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por período superior a 2 (dois) exercícios, as medidas de compensação deverão ser permanentes; e

II - Não implementada a prévia compensação, a lei ou o ato será ineficaz enquanto não regularizado o vício, sem prejuízo de eventual ação direta de inconstitucionalidade.

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual poderão conter dispositivos e autorizações que versem sobre as vedações previstas neste artigo, desde que seus efeitos somente sejam implementados após o fim do prazo fixado, sendo vedada qualquer cláusula de retroatividade.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica ao direito de opção assegurado na Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, bem como aos respectivos atos de transposição e de enquadramento.

§ 5º O disposto no inciso VI do caput deste artigo não se aplica aos profissionais de saúde e de assistência social, desde que relacionado a medidas de combate à calamidade pública referida no caput cuja vigência e efeitos não ultrapassem a sua duração.

§ 6º (VETADO).

§ 7º O disposto nos incisos IV e V do caput deste artigo não se aplica aos cargos de direção e funções previstos nas Leis nºs 13.634, de 20 de março de 2018, 13.635, de 20 de março de 2018, 13.637, de 20 de março de 2018, 13.651, de 11 de abril de 2018, e 13.856, de 8 de julho de 2019, e ao quadro permanente de que trata a Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011. (Incluído pela Lei Complementar nº 180, de 2021).

§ 8º O disposto no inciso IX do **caput** deste artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares da área de saúde e da segurança pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado que:

I - para os servidores especificados neste parágrafo, os entes federados ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de realizar o pagamento de novos blocos aquisitivos, cujos períodos tenham sido completados durante o tempo previsto no **caput** deste artigo, de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço;

II - os novos blocos aquisitivos dos direitos especificados no inciso I deste parágrafo não geram direito ao pagamento de atrasados, no período especificado;

III - não haverá prejuízo no cômputo do período aquisitivo dos direitos previstos no inciso I deste parágrafo;

IV - o pagamento a que se refere o inciso I deste parágrafo retornará em 1º de janeiro de 2022 [...] (Brasil, 2020, n. p., grifos do autor).

As restrições impostas pelo Artigo 8º podem prejudicar a qualidade dos serviços públicos, incluindo a educação, ao limitar a contratação de novos profissionais e a realização de promoções necessárias para garantir o funcionamento adequado dos sistemas públicos. A redução da capacidade de contratação e promoção de servidores pode afetar diretamente o setor educacional, dificultando a reposição de profissionais, a contratação de novos professores e a implementação de políticas de valorização do magistério.

Portanto, a imposição de tais restrições pelo governo federal representa uma interferência na autonomia dos estados e municípios, que são responsáveis pela gestão de suas políticas públicas, e isso pode impactar negativamente a qualidade dos serviços públicos, incluindo a educação.

### 3.2 O IMPACTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO EM GOIÁS: DESAFIOS PARA A GESTÃO EDUCACIONAL, VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS E INICIATIVAS TECNOLÓGICAS

As políticas neoliberais tendem a enfatizar a redução do papel do Estado na economia e na prestação de serviços públicos, como saúde e educação, promovendo a ideia de que o setor privado é mais eficiente na gestão desses serviços. Essa ideologia pode ter uma influência significativa na forma como a LC n.º 173/2020 e suas restrições aos entes federativos são interpretadas e implementadas. A limitação de contratações e promoções de servidores públicos é vista como uma aplicação desses princípios, com o objetivo de diminuir os gastos públicos e a interferência estatal na gestão dos recursos, resultando em uma redução dos investimentos na educação pública e em uma maior ênfase na privatização e na busca de parcerias com o setor privado.

Para garantir um processo educacional eficaz, é preciso considerar os impactos substanciais na qualidade e no acesso à educação pública, assim como nas condições de trabalho dos profissionais da educação. Nesse contexto, é possível encontrar uma conexão entre o discurso de Caiana e Lima (2023) e a LC n.º 173/2020, sugerindo que os efeitos dessa legislação podem agravar ainda mais

os desafios enfrentados pelos professores e pelo sistema educacional como um todo.

Um plano de carreira robusto permite que os professores busquem o desenvolvimento profissional e aprimorem suas habilidades ao longo do tempo, mantendo-se atualizados com as tendências educacionais. No entanto, os desafios que os professores enfrentam, como salários inadequados e falta de estrutura de carreira claras, podem prejudicar o sistema educacional, além dos efeitos da Lei Complementar 173/2020 (Caiana; Lima, 2023, p. 4).

Baixos salários e carga horária excessiva fazem com que os professores enfrentem não apenas os impactos diretos da pandemia em suas vidas pessoais e na saúde mental, mas também uma sobrecarga de trabalho. Essa sobrecarga é especialmente atribuída à busca por recursos para o ensino *on-line*, à necessidade de materiais de ensino adaptados ao ambiente virtual e ao treinamento em metodologias de ensino a distância, que são essenciais para adaptar suas práticas pedagógicas.

Esses desafios têm um impacto significativo na profissão docente e na qualidade da educação oferecida aos alunos. Além disso, a falta de uma estrutura de carreira sólida pode dificultar a atração de novos profissionais para a docência, apresentando questões urgentes que precisam ser abordadas para promover uma profissão docente sustentável e de alta qualidade.

Uma análise crítica das políticas e práticas associadas ao neoliberalismo revela que muitas vezes se priorizam o individualismo, a competição e a privatização em detrimento do bem-estar coletivo e dos direitos sociais. Segundo Cintra, Carvalho, Oliveira (2022, p. 3), “O Governo Caiado, realizou um redesenho da instituição, desconsiderando sua autonomia e as estratégias de controle realizadas se intensificaram com a instituição de um interventor, indicando um reitor [...]”. Continuam os referidos autores: “O redesenho da instituição pelo governo Caiado, desconsiderando sua autonomia, é um sinal alarmante de intervenção política na gestão universitária” (Cintra; Carvalho; Oliveira, 2022, p. 3). Isso pode minar a autonomia e comprometer a liberdade acadêmica, além da qualidade da educação oferecida pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Segundo Souza (2021), os cursos de licenciatura têm passado por um processo de desmantelamento que se dá de cima para baixo.

Sobre essa questão, Cintra, Carvalho e Oliveira (2022, p. 4) asseveram que:

[...] A UEG em seu processo de adequação e unificação de matriz curricular do curso de Pedagogia, sem ter sido discutido e definido uma proposta pedagógica das licenciaturas da UEG anteriormente, pelos pares, pode sinalizar fragilidade e sem capital suficiente para disputar o jogo empreendido pelo campo político, em face da reforma institucional.

A mudança ocorreu sem a discussão e definição prévia de uma proposta pedagógica pelas licenciaturas da UEG, o que sugere que a instituição pode estar vulnerável e com capital político insuficiente para lidar com os desafios impostos pela reforma institucional. A ausência de uma proposta pedagógica discutida sugere uma lacuna na participação e no diálogo entre os diferentes setores da universidade, comprometendo a coesão e a capacidade de resposta da instituição diante das demandas externas e das mudanças políticas. Além disso, “[...] as licenciaturas continuam sendo um dos principais ‘empecilhos’ na UEG, então começam a ser alvo do debate sobre o fechamento de cursos” (Souza, 2021, p. 18).

O fechamento dos cursos de licenciatura tende a levar a um impacto devastador em médio prazo no ensino em Goiás. Esses cursos desempenham um papel essencial na formação de professores qualificados para atuarem na educação básica, fornecendo as habilidades necessárias para promover uma educação de qualidade. Com o encerramento dessas formações, haverá uma escassez de profissionais capacitados para preencherem as vagas nas escolas, resultando em uma diminuição da qualidade do ensino.

Com a ausência de professores devidamente treinados, as salas de aula poderão se tornar sobrecarregadas, e os alunos podem receber um ensino inferior. Essa situação pode levar a uma queda nos índices de aprendizagem e no desempenho acadêmico dos estudantes, prejudicando seu futuro educacional e suas oportunidades de emprego.

Além disso, o impacto negativo na qualidade da educação pode ter consequências de longo alcance para o desenvolvimento social e econômico do estado. Uma força de trabalho menos qualificada resulta em uma população com menor capacidade de atender às demandas do mercado de trabalho e contribuir para o crescimento econômico, criando um ciclo de pobreza e desigualdade que afeta negativamente toda a sociedade. Portanto, é crucial reconhecer a importância dos cursos de licenciatura na formação de professores e no fortalecimento do sistema educacional. O fechamento desses cursos não é apenas prejudicial para os

indivíduos envolvidos, como também compromete o futuro de Goiás como um todo.

Por outro lado, o Goiás Tec é uma iniciativa estratégica do governo do estado de Goiás, destinada a impulsionar o desenvolvimento tecnológico, a inovação e o empreendedorismo. Trata-se de um programa que busca fomentar o ecossistema de tecnologia e *startups* em Goiás, criando condições favoráveis para o surgimento e crescimento de empresas de base tecnológica.

O programa tem como objetivo implantar o Ensino Médio por Mediação Tecnológica em áreas específicas, como distritos, zonas rurais e regiões de difícil acesso ou que enfrentam carência de professores qualificados. Isso demonstra uma preocupação em garantir o acesso à educação em locais onde a oferta de aulas presenciais pode ser dificultada por questões logísticas ou pela falta de recursos humanos.

Art. 1º Fica instituído o Programa GOIÁS TEC – Ensino Médio ao Alcance de Todos, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação de Goiás – SEDUC-GO, com o objetivo de implantar o Ensino Médio por Mediação Tecnológica em distritos, zonas rurais e regiões de difícil acesso ou que possuam carência de professores habilitados por área de conhecimento (Goiás, 2020, n. p.).

Todavia, há o risco de o programa centrar-se no apoio a *startups* e empreendedores, deixando de lado outras iniciativas importantes relacionadas à educação. Os professores podem enfrentar dificuldades para monitorar o envolvimento dos alunos e identificar possíveis lacunas de aprendizagem. A falta de suporte técnico adequado pode resultar em problemas que prejudicam o andamento das aulas, sem levar em consideração as necessidades e os desafios específicos de cada contexto educacional.

O trecho "[...] que possuam carência de professores habilitados por área de conhecimento" revela uma realidade comum em muitas regiões do país: a escassez de profissionais qualificados para lecionar em áreas específicas do conhecimento. Diante desse desafio, é fundamental analisar como essa situação pode influenciar o modelo de contratação de professores e a condução do ensino.

Em muitas localidades, a carência de professores habilitados constitui um obstáculo significativo para garantir a qualidade da educação oferecida aos alunos. A falta de profissionais capacitados em determinadas áreas do conhecimento resulta em turmas desassistidas, com aulas ministradas por docentes sem a formação

adequada nas disciplinas, comprometendo, dessa forma, o aprendizado dos estudantes.

Nesse contexto, uma das alternativas propostas é a utilização da mediação tecnológica como meio de suprir essa carência de professores qualificados. Por meio dessa abordagem, as aulas podem ser transmitidas remotamente, utilizando recursos tecnológicos para conectar os alunos a professores especializados em diversas áreas do conhecimento, mesmo que não estejam fisicamente presentes na escola.

Essa mudança de paradigma tende a influenciar diretamente o modelo de contratação de professores, deixando de priorizar o concurso público como principal forma de seleção. Em vez disso, o foco é direcionado para a contratação de profissionais especializados em tecnologia educacional, capacitados para ministrar aulas por meio de plataformas digitais.

Entretanto, é fundamental considerar que a adoção massiva do ensino mediado por tecnologia também levanta questões e desafios, como a necessidade de garantir acesso igualitário à internet e a dispositivos tecnológicos para todos os alunos. Além disso, é essencial promover a formação continuada dos professores para o uso eficaz dessas ferramentas.

A pandemia revelou uma série de desafios e oportunidades para o sistema educacional. Contudo, é importante ressaltar que qualquer alteração significativa na rede pública de ensino deve ser cuidadosamente considerada. A crise evidenciou questões preocupantes, como a falta de acesso à tecnologia e à internet para muitos estudantes, além das desigualdades socioeconômicas existentes.

Além disso, a pandemia destacou a importância de introduzir métodos de ensino inovadores e de aproveitar recursos tecnológicos principalmente no Ensino Médio. Procurou-se alinhar o processo educacional às demandas em constante evolução do mercado de trabalho. Portanto, é fundamental que as mudanças que começaram durante o período pandêmico sejam implementadas de maneira equitativa e inclusiva, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, que os prepare adequadamente para os desafios do século XXI. Nesse contexto, várias são as organizações atuantes, a saber:

Todos pela Educação; Fundação Lemann; Fundação DPaschoal; Fundação Estudar; Instituto Inspirare; Instituto Unibanco; Instituto Natura; Instituto de Corresponsabilidade pela Educação; Movimento pela Base Nacional

Curricular Comum; Fundação Itaú; Centro de Liderança Pública; Iniciativa Porvir; Ensina Brasil; Confederação Nacional da Indústria; Confederação Nacional da Agricultura; Sociedade Nacional da Agricultura; Associação Brasileira do Agronegócio; Movimento Brasil Competitivo; Casa das Garças; Fundação Getúlio Vargas; Núcleo de Estudos da Violência; Fórum da Liberdade; Programa de Reforma da Educação Latina e Caribe; Grupo Civita, entre muitíssimos outros (Souza; Evangelista, 2020, n. p.).

Essas instituições são regulamentadas por leis, como a LDB de 1996, que inclui disposições sobre currículo, financiamento, gestão escolar e formação de professores. Ressaltamos, nesse contexto, que as instituições podem se beneficiar de leis de incentivo fiscal que permitem a captação de recursos para projetos educacionais por meio de renúncia fiscal. As Normas Regulamentadoras do MEC também se aplicam a essas entidades. Portanto, as instituições sem fins lucrativos que se enquadram na categoria de organizações da sociedade civil estão sujeitas à regulamentação pela legislação específica.

### 3.3 DESAFIOS E CONTRADIÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM GOIÁS: ANÁLISE DAS MEDIDAS ADOTADAS E IMPACTOS NO CONTEXTO POLÍTICO E PANDÊMICO

Diante do contexto analisado, importa considerarmos algumas ações mencionadas nesta pesquisa que exemplificam o compromisso com a valorização dos profissionais da educação, conforme pontuado no relatório de gestão. Em contraponto, a LC n.º 173/2020, a UEG e o Programa Goiás Tec dialogam com o sistema educacional em Goiás. A valorização dos profissionais da educação e o constante aprimoramento do sistema educacional são fundamentais para garantir uma educação de qualidade e promover o desenvolvimento integral dos estudantes. No entanto, ainda há limitações impostas pela referida lei e pelo piso salarial dos professores.

O piso salarial profissional nacional dos professores deve ser pago ao longo da carreira, o que significa que não se refere apenas ao salário inicial, e sim ao menor valor a ser pago para a jornada de trabalho correspondente ao cargo de professor da educação básica, que possui formação em nível superior ou pós-graduação. Portanto, há o entendimento que o salário seja ajustado para refletir o maior nível de qualificação dos docentes.

Com relação ao relatório, notamos uma controvérsia na valorização do professor, uma vez que não se cumpre integralmente o piso salarial estabelecido para a categoria. O Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Goiás (Sintego) moveu uma ação judicial (nº da ação 5265366-90.2020.8.09.000) devido ao fato de o governo ter efetuado reajustes apenas para as categorias PI e PII, que representam uma minoria. Acerca do ano de 2023, conforme o relatório de impacto n.º 07/2023 (Sead/SEDUC), observamos que esses elementos destoam do processo de valorização profissional, que é uma questão complexa, envolvendo uma combinação de fatores econômicos, políticos e administrativos.

**Figura 3 – Impacto orçamentário com a implementação do “Piso Magistério” 2023**

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO COM A IMPLEMENTAÇÃO DO "PISO DO MAGISTÉRIO 2023"			
Processo nº 202300006003224		Base da Folha de Abril/2023	
1. ATIVOS <sup>(a) (c)</sup>			
VÍNCULO	CARGO	QTDE	IMPACTO MENSAL (COM ENCARGOS) <sup>(b)</sup>
	Professor - I	119	114.296
	Professor - II	2	1.959
	Professor - III	1.633	892.365
Cargo Efetivo	Professor - IV	15.152	8.822.042
	Professor Assistente A	8	11.397
	Professor Assistente B	1	1.312
	Professor Assistente C	16	19.421
	Professor Assistente D	1	1.306
<b>SUBTOTAL EFETIVOS</b>		<b>16.932</b>	<b>7.864.100</b>
Contrato	Professor Nível Médio	1.506	866.961
Temporário	Professor Nível Superior	10.069	6.693.046
<b>SUBTOTAL CONTRATOS TEMPORÁRIOS</b>		<b>11.575</b>	<b>7.560.008</b>
<b>TOTAL ATIVOS (1)</b>		<b>28.507</b>	<b>15.424.108</b>

Fonte: SINTEGO (2023).

No que tange à qualidade de ensino e à implementação durante a pandemia, o Decreto n.º 9.633/ 2020 e o Decreto n.º 9.634/2020 estabeleceram que o Conselho Estadual de Educação baixou a Resolução n.º 02, de 17 de março de 2020, dispondo sobre o regime especial de aulas não presenciais no Sistema Educativo do Estado de Goiás. O relatório especifica: “[...] aulas e material pedagógico para cada etapa e modalidade de ensino disponibilizando aos estudantes através dos recursos de tecnologia de informação”, e destaca também “a adoção de ferramentas tecnológicas e digitais, o que também exigiu imediato suporte técnico aos docentes

na transposição das aulas presenciais para o formato de aula mediadas por tecnologia” (SEDUC-GO, 2020, p. 9).

[...] a SEDUC-GO continuou implementando projetos e atividades da política educacional estabelecida pelo Programa ‘Educação que Queremos’ criado 10 pelo Plano Plurianual – PPA 2020-2023 (Lei nº 20.755, de 28 de janeiro de 202), o qual tem como objetivo estratégico garantir o aprendizado através do acesso a uma educação básica de qualidade, emancipadora e inclusiva, que atenda as demandas do mundo contemporâneo e propicie o exercício pleno da cidadania (SEDUC-GO, 2020, p. 9).

Nesse trecho, destacam-se termos como "educação básica de qualidade", que implica currículos bem estruturados, infraestrutura adequada e materiais didáticos apropriados. A palavra "emancipadora" refere-se ao desenvolvimento não apenas de competências cognitivas, como também de habilidades sociais e emocionais que capacitam os alunos a assumirem o controle de seu próprio desenvolvimento. Por sua vez, o termo "inclusiva" enfatiza a necessidade de que todos os alunos, independentemente de suas capacidades ou características individuais, tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais de qualidade.

A educação emancipatória remete ao pensamento de Paulo Freire, que defende que a educação deve ser um processo de diálogo e colaboração. Bassiano e Lima (2018, p. 112) afirmam que a “[...] educação emancipatória torna-se uma capacidade intelectual, capaz de modificar a realidade do indivíduo e de sua comunidade”.

Outro elemento a ser salientado é a expressão "Programa Educação que Queremos", que representa um movimento e uma plataforma criada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Essa coalizão é composta por diversas organizações da sociedade civil brasileira que atuam na defesa do direito à educação pública. Como explica Gramsci (2011), nessa nova dimensão, as classes sociais se organizam em Aparelhos Privados de Hegemonia com o objetivo de transformar interesses privados em políticas públicas.

Nessas nuances, podemos observar diferentes perspectivas sobre o papel da educação e da conscientização na transformação social. Freire enfatiza a educação como uma ferramenta de libertação, em que os oprimidos podem adquirir consciência crítica de sua realidade e desenvolver a capacidade de ação para mudá-la. Sua abordagem valoriza o diálogo, a participação ativa dos alunos e a reflexão sobre as estruturas de poder existentes. Por outro lado, Gramsci (2011)

destaca a influência dos "Aparelhos Privados de Hegemonia" na reprodução das relações de dominação, em que ideias, valores e normas são disseminados para manter o *status quo*. Este autor enxerga a educação como parte de um processo mais amplo de luta ideológica, no qual a construção de consenso pode ser empregada tanto para preservar quanto para desafiar as estruturas de poder estabelecidas.

Ao analisar as Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Educação de Goiás, verificamos, no relatório de 2021, um compromisso com a construção de políticas educativas de qualidade. Esse documento destaca que as diretrizes não são meramente formalidades, mas o resultado do esforço coletivo de todas as equipes, setores e instâncias envolvidas na educação do estado. Além disso, enfatiza que tais diretrizes são essenciais para a consolidação de bases sólidas, procedimentos claros e práticas eficazes, indispensáveis para garantir um ensino de qualidade e o desenvolvimento adequado das habilidades e conhecimentos dos estudantes.

O relatório busca ressaltar a evolução positiva da qualidade do ensino em diferentes modalidades e segmentos educacionais, como o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, além das modalidades de educação de jovens e adultos, especial, profissional, do campo, indígena, quilombola e a distância. Destacamos a prioridade conferida à formação inclusiva, integral e integradora, seguindo os princípios da equidade, igualdade e cidadania coletiva.

Percebemos como as palavras escolhidas transmitem uma visão abrangente e inclusiva da educação, destacando o compromisso com a diversidade e a igualdade de oportunidades para todos os grupos sociais e étnicos. O termo "prioridade" indica um direcionamento claro e intencional para garantir que todas essas modalidades educacionais sejam atendidas de forma satisfatória, evidenciando um compromisso com a universalização do acesso à educação de qualidade.

Além disso, o texto ressalta a importância da valorização, da qualificação e do desenvolvimento dos profissionais da educação, reconhecendo que eles desempenham um papel fundamental na promoção do sucesso dos processos educativos e na construção da autonomia dos estudantes. Essa abordagem reflete uma compreensão da educação como um processo colaborativo, no qual os professores atuam como mediadores do conhecimento e facilitadores do

desenvolvimento humano.

A ênfase na construção da autonomia cidadã dos indivíduos e no êxito dos processos e resultados educativos indica uma preocupação com o desenvolvimento integral dos estudantes, não apenas no aspecto acadêmico, mas também nas dimensões pessoal e social. Essa perspectiva sugere uma concepção de educação para além da mera transmissão de conhecimentos, buscando formar cidadãos críticos, éticos e participativos na sociedade.

A qualidade da educação em Goiás é um tema de crescente importância, especialmente ao analisarmos os dados quantitativos que revelam o alcance e a abrangência do sistema educacional do estado. Ao considerarmos números relacionados ao público atendido, fica evidente o compromisso das autoridades educacionais em garantir acesso equitativo e oportunidades de aprendizado para todos os segmentos da população.

Responsável por 1.049 unidades escolares e mais de 506 mil alunos, matriculados no Ensino Fundamental II, no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC-GO), tem como prioridade a universalização do ensino, promovendo e facilitando o acesso das crianças e jovens à Educação Básica (SEDUC-GO, 2021, p. 6).

Esse fragmento traz dados quantitativos significativos sobre a atuação da SEDUC em Goiás, demonstrando sua abrangência e impacto no sistema educacional. Ao mencionar que é responsável por mais de 1.049 unidades escolares e atende a um público de mais de 506 mil alunos matriculados em diferentes níveis de ensino, como o Ensino Fundamental II, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a Secretaria de Educação evidencia a extensão da rede de ensino e sua importância para o desenvolvimento educacional do estado.

A referência à prioridade da SEDUC-GO na universalização do ensino ressalta o compromisso com o acesso equitativo à Educação Básica, enfatizando a relevância de garantir oportunidades de aprendizado para crianças, jovens e adultos. Essa prioridade alinha-se com os objetivos fundamentais da educação como ferramenta de promoção do desenvolvimento humano e social.

Ao longo do ano de 2021, o relatório de gestão descreve que foram implementadas diversas ações, projetos e programas na área da educação em Goiás, voltados para promover avanços significativos na qualidade do ensino e a

combater a evasão escolar. Essas iniciativas foram elaboradas com o intuito não apenas de garantir o acesso à educação, como também de incentivar a permanência dos alunos nas escolas, visando construir uma base sólida para o desenvolvimento educacional e pessoal dos estudantes goianos. Nesse contexto, é essencial mencionarmos algumas das medidas adotadas, que refletem o compromisso das autoridades educacionais em promover uma educação de excelência e garantir oportunidades iguais para todos os alunos no estado de Goiás.

No entanto, ao considerar a eficácia das políticas e programas implementados pela SEDUC-GO para alcançar a universalização do ensino, é relevante examinarmos os desafios enfrentados pela Secretaria na implantação dessas políticas públicas. É necessário questionarmos por que, apesar dos esforços e investimentos realizados em determinadas iniciativas, muitas vezes não observamos uma sequência coerente ou uma estratégia de longo prazo para sua sustentação. Essa falta de continuidade pode resultar em lacunas no progresso educacional e na interrupção de programas promissores que poderiam ter um impacto significativo no desenvolvimento dos estudantes.

No ano de 2021, por exemplo, algumas medidas foram adotadas. O relatório menciona os seguintes programas: Bolsa Estudo, *Kits* de Material Escolar, Uniformes, Tênis, Mochilas, Cartão Alimentação, Auxílio Alimentação, Novos Laboratórios, Laboratórios Móveis de Informática, Dignidade Menstrual, Programa Conectar Goiás, Internet Patrocinada, Reconhecimento Facial, Novos Pratos e Canecas, Reforma de Carteiras Escolares, Programa Reformar, Programa Reformar Mais, Reforma de CEPs, Programa Equipar, Programa Conectar, Entrega de *Chromebooks*, Computadores para os Municípios, Reajuste Salarial, Ajuda de Custo, Bônus por Resultados, Isenção Previdenciária, Auxílio Aprimoramento e Recursos para APAEs e EFAs.

Muitos desses programas e ações não foram implementados durante o ano de 2020. A ausência dessas iniciativas suscita questionamentos sobre a consistência e a efetividade das políticas educacionais implementadas pela SEDUC-GO durante aquele período.

Uma análise crítica, em comparação com o contexto eleitoral de 2021, levanta questões importantes sobre as motivações por trás da implementação de medidas e programas pela SEDUC-GO. O fato de essas iniciativas terem sido adotadas no ano eleitoral sugere uma possível influência política na tomada de decisões relacionadas

à educação.

Em um contexto eleitoral, é comum que os governantes busquem estratégias para melhorar sua imagem pública e angariar votos. Nesse sentido, a implementação de programas e medidas populistas, como a distribuição de bolsas de estudo, *kits* de material escolar e uniformes, pode ser vista como uma tentativa de cativar eleitores, especialmente pais e estudantes, em vez de uma ação genuína e sustentável para promover a qualidade da educação.

Além disso, a amplitude e a diversidade dos programas mencionados levantam questões sobre a viabilidade e a eficácia dessas medidas. A implementação simultânea de tantos programas diferentes pode resultar na dispersão de recursos e na falta de foco, prejudicando a efetividade das ações. A ausência de uma estratégia clara de avaliação e acompanhamento dos resultados desses programas pode dificultar a identificação de quais medidas são mais eficazes e merecem investimentos contínuos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que realizamos sobre os impactos das políticas educacionais implementadas em Goiás durante a pandemia de Covid-19 nos trouxe importantes reflexões sobre o cenário educacional em contextos de crise. Ao longo do estudo, fomos capazes de identificar, de maneira clara, as principais dificuldades e os desafios enfrentados pelo sistema educacional, ao mesmo tempo que destacamos aspectos positivos e potenciais para o futuro da educação no estado de Goiás.

Em primeiro lugar, ficou evidente que as políticas emergenciais, como o REANP, embora necessárias para garantir a continuidade do ensino, revelaram fragilidades estruturais que aprofundaram desigualdades preexistentes. A dificuldade de acesso à tecnologia e aos conteúdos educacionais foi um obstáculo significativo, principalmente para estudantes de classes sociais mais baixas, refletindo uma realidade que já era desafiadora antes da pandemia. No entanto, também reconhecemos a importância dessas medidas como alternativas diante de um cenário tão adverso, e acreditamos que os aprendizados extraídos dessa experiência podem servir como base para a construção de políticas mais inclusivas no futuro.

Além disso, a pesquisa nos permitiu compreender o impacto do neoliberalismo na gestão educacional, que se traduziu em uma flexibilidade curricular e em estratégias focadas na eficiência, muitas vezes em detrimento da equidade. Essa abordagem gerou um campo de tensão entre a necessidade de garantir o acesso universal à educação e a busca por soluções rápidas, que nem sempre consideraram as desigualdades socioeconômicas dos alunos. Esse quadro nos leva a refletir sobre a urgência de repensar as políticas educacionais de forma a garantir que todos os estudantes, independentemente de sua classe social, tenham acesso a recursos adequados para seu aprendizado.

A valorização dos profissionais da educação também se mostrou um tema central em nossa análise. Durante a pandemia, os educadores se depararam com a necessidade de se adaptar a novas metodologias de ensino sem o suporte adequado, o que impactou diretamente na qualidade da educação oferecida. Essa realidade nos leva a reforçar a importância da formação contínua dos docentes e da criação de políticas que priorizem o bem-estar e a valorização do trabalho dos profissionais da educação, pois são eles os pilares para a transformação

educacional.

Outro aspecto que se destacou em nosso estudo foram os desafios que persistem no pós-pandemia, especialmente no que diz respeito à equidade educacional. Embora as políticas emergenciais tenham buscado minimizar os danos causados pela crise sanitária, percebemos que há uma necessidade urgente de adaptá-las e avaliá-las constantemente para que atendam às reais necessidades de todos os estudantes, levando em consideração as desigualdades históricas que marcam nosso sistema educacional. O retorno à "normalidade" precisa, portanto, ser repensado, considerando os desafios estruturais e sociais que ainda precisam ser enfrentados.

O estudo também nos possibilitou identificar novas perspectivas para a educação no futuro. A reflexão contínua sobre a eficácia das políticas educacionais adotadas durante a pandemia é fundamental para garantir que a educação se transforme de maneira sustentável, oferecendo um modelo mais inclusivo e equitativo. Nesse sentido, é essencial envolver todos os atores do processo educativo – gestores, educadores, famílias e comunidades – em um debate amplo sobre as diretrizes e metas a serem estabelecidas para o futuro da educação. Esse engajamento coletivo será o alicerce para a construção de políticas mais eficazes e adaptáveis às diversas realidades educacionais.

Salientamos que as conclusões da nossa pesquisa oferecem importantes implicações práticas. Primeiramente, é necessário inovar nas práticas pedagógicas, criando metodologias híbridas e remotas que sejam mais inclusivas e que atendam às diferentes realidades dos estudantes. A formação contínua dos professores também é uma prioridade, já que, sem ela, a adaptação às novas tecnologias e ferramentas pedagógicas será limitada. Além disso, a criação de políticas educacionais inclusivas, que garantam o acesso igualitário às tecnologias e aos recursos educacionais, é imprescindível para garantir que todos os estudantes possam aprender de maneira justa e eficaz.

No contexto pós-pandemia, também destacamos a importância de integrar estratégias de apoio à saúde mental de estudantes e educadores. O impacto emocional da crise sanitária foi profundo, e é fundamental que a escola ofereça suporte psicológico para ajudar na recuperação e fortalecimento da comunidade escolar. Essa abordagem deve ser incorporada às políticas educacionais de forma permanente, considerando a importância do bem-estar emocional para o sucesso

educacional.

Por outro lado, a colaboração entre escolas, famílias e comunidades deve ser fomentada, a fim de criar redes de apoio que fortaleçam as políticas educacionais e tornem o processo de ensino e aprendizagem mais eficaz. A participação ativa de todos os envolvidos no processo educacional é um fator-chave para o sucesso das estratégias adotadas.

Apesar das contribuições significativas desta pesquisa, é importante reconhecermos as limitações do estudo. A abordagem qualitativa adotada, embora tenha permitido uma análise profunda do contexto, limita a generalização dos resultados, e o uso de dados empíricos mais abrangentes, como entrevistas com educadores, estudantes e gestores, poderia enriquecer ainda mais as conclusões. Além disso, o foco exclusivo no estado de Goiás restringiu a comparação dos resultados com outras realidades educacionais, o que poderia ampliar a compreensão dos efeitos da pandemia na educação em um contexto mais amplo.

Com relação ao tempo de análise, devemos considerar que a pandemia causou mudanças profundas e que algumas de suas repercussões ainda estão se manifestando. Por isso, um acompanhamento longitudinal faz-se necessário para avaliar com maior profundidade as adaptações e mudanças ao longo do tempo. Também enfrentamos desafios relacionados à disponibilidade de dados, o que pode ter limitado a profundidade da análise em determinados aspectos.

Diante do exposto, acreditamos que este estudo representa uma contribuição importante para o entendimento dos impactos das políticas educacionais no contexto de Goiás durante a pandemia de Covid-19. Ele oferece uma base sólida para se pensar políticas públicas mais eficazes e inclusivas, capazes de atender às necessidades dos estudantes, principalmente em situações de crise. Nossa reflexão é um convite a todos os envolvidos na educação — gestores, educadores, famílias e alunos — a se unirem em um esforço coletivo para transformar o sistema educacional, tornando-o mais justo, equitativo e resiliente. Somente por meio do engajamento de todos será possível construir um futuro educacional que atenda às necessidades de todos os estudantes, independentemente de suas condições sociais ou econômicas

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Petrobras registrou lucro líquido de R\$ 106,6 bilhões em 2021**. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-02/petrobras-registrou-lucro-liquido-de-r-1066-bilhoes-em-2021>. Acesso em: 31 jan. 2024.

ARAÚJO, D. S.; ALMEIDA, M. Z. C. M. de. Políticas Educacionais: refletindo sobre seus significados. **Revista Educativa**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 97-112, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/1247>. Acesso em: 2 mar. 2024.

AZEVEDO, J. P. W. de; ROGERS, F. H.; CARROLL, S. E.; CLOUTIER, M.-H.; CHAKROUN, B.; CHANG, G.-C.; MIZUNOYA, S.; REUGE, N. J.; BROSSARD, M.; BERGMANN, J. L. **O estado da crise global da educação: um caminho para a recuperação**. Washington, USA: World Bank Group, 2021.

BALL, S. J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0022027920240201>. Acesso em: 17 mar. 2024.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **How Schools Do Policy: Policy Enactments in Secondary Schools**. Routledge, 2016.

BANCO MUNDIAL. **Pandemia de COVID-19: choques na educação e respostas de políticas**. 2020. Disponível em: <https://pubdocs.worldbank.org/en/321431590757092620/Covid-19-Education-Summary-port.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BASSIANO, V.; LIMA, C. A. de. Educação emancipatória na perspectiva de Paulo Freire. **Revista Pedagogia Universitaria y Didáctica del Derecho**, v. 5, n. 2, p. 111- 122, 2018. Disponível em: <https://pedagogiaderecho.uchile.cl/index.php/RPUD/article/view/51974/54501>. Acesso em: 22 mar. 2024.

BASTOS, R. L. Marcuse e o homem unidimensional: pensamento único atravessando o Estado e as instituições. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 111-119, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/fNqWrCZz3Vc6cDrDb5vsckKc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 1.044, de 21 de outubro de 1969. Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 out. 1969. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del1044.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1044.htm). Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 22 set. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 30 jan. 2024.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 maio 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm). Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n.º 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. **Diário Oficial da União**, 11 dez. 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL. Lei Complementar n.º 173, de 27 de maio de 2020. Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 maio 2020. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp173.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp173.htm). Acesso em: 03 mar. 2024.

CAIANA, R.; LIMA, R. de A. Os impactos do artigo 8º, inciso IX, da Lei Complementar n.º 173/2020: servidores públicos da educação no banco dos réus. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 11, p. 1-12, 2023. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/4252>. Acesso em: 25 fev. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Pandemia agravou desigualdades na área da educação, dizem especialistas**. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/840316-pandemia-agravou-desigualdades-na-area-da-educacao-dizem-especialistas/>. Acesso em: 18 mar. 2024.

CARDOSO, Alessandra Andrade; TAVEIRA, Gustavo Diniz de Mesquita; RODRIGUES, Allan; STRIBEL, Guilherme Pereira. A educação brasileira em quarentena: reflexões curriculares sobre políticas pandêmicas. **Revista e-Curriculum**, v. 19, n. 4, p. 1582-1603, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/55938>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CINTRA, P. C. S.; CARVALHO, R. R. da S.; OLIVEIRA, V. A. O curso de Pedagogia da UEG em tempos de neoliberalismo, BNC formação e reforma institucional. **Anais do Seminário Nacional de Formação de Professores**, v. 1, n. 3, p. 1-5, 2022.

Disponível em: <https://anfope.org.br/anais/index.php/anais/article/view/152>. Acesso em: 25 fev. 2024.

CONSALTÉR, E.; FÁVERO, A. A. Elementos qualificadores da investigação científica no campo das políticas educacionais. **Revista Educação & Formação**, v. 4, n. 10, p. 148-163, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/850>. Acesso em: 02 mar. 2024.

ESTEVAN, F.; FINAMOR, L. **School closures and educational path**: how the Covid-19 pandemic affected transitions to college. 2022. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2210.00138>. Disponível em: 05 mar. 2024.

FIALHO, W. C. G.; FERREIRA, J. S.; TORRES, U. L. Os processos de implementação e os desafios do programa "GOIÁS TEC - Ensino Médio ao alcance de todos". **Revista Sobretudo**, v. 14, n. 2, p. 19-51, 2023. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/sobretudo/article/view/6046>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, 2000. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89>. Acesso em: 22 fev. 2024.

G1 GLOBO. **OMS declara pandemia de coronavírus**. 2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 01 fev. 2023.

G1 GLOBO. **Brasil decreta emergência sanitária por causa do novo coronavírus**. 2020b. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/02/04/brasil-decreta-emergencia-sanitaria-por-causa-do-novo-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 03 mar. 2023.

G1 GLOBO. **Mandetta anuncia em rede social que foi demitido por Bolsonaro do Ministério da Saúde**. 2020c. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/16/mandetta-anuncia-em-rede-social-que-foi-demitido-do-ministerio-da-saude.ghtml>. Acesso em: 03 maio 2023.

GHISLENI, A. C.; SPENGLER, F. M. A justiça como equidade na teoria de John Rawls: a mediação enquanto política pública de sua concretização. **Desenvolvimento em Questão**, v. 9, n. 18, p. 5-29, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/15>. Acesso em: 30 mar. 2024.

GOIÁS. Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Resolução Normativa n.º 5/2008. Dispõe sobre os critérios para organização e apresentação da Prestação de Contas dos Gestores da Administração Pública Estadual e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, GO, 20 ago. 2018.

GOIÁS. Resolução n.º 02/2020, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre o regime especial de aulas não presenciais no Sistema Educativo do Estado de Goiás, como medida preventiva à disseminação do Covid-19. **Diário Oficial do Estado de Goiás**,

Goiânia, GO, 17 mar. 2020a. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/wp-content/uploads/sites/40/files/covid/CEE-GO.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

GOIÁS. **Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Educação de Goiás 2020-2022**. Goiânia-GO, 2020b. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/diretrizes-operacionais-da-rede-publica-estadual-de-educacao-de-goias-2020-2022/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

GOIÁS. Lei n.º 20.802, de 08 de julho de 2020. Institui, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, o Programa GOIÁS TEC – Ensino Médio ao Alcance de Todos. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, GO, 09 jul. 2020c. Disponível em: [https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa\\_legislacao/103262/lei-20802](https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/103262/lei-20802). Acesso em: 03 mar. 2024.

GOIÁS. **Caiado sanciona GOIÁS TEC e assegura Ensino Médio de qualidade a todos os goianos**. 2020d. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/3/849-caiado-sanciona-goastec-e-assegura-ensino-medio-de-qualidade-a-todos-os-goianos.html>. Acesso em: 03 jun. 2023.

GONÇALVES, E.; LIMA, R. R. Educação e pandemia: políticas educacionais em contextos de emergência. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 12, 2021. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/2060>. Acesso em: 20 out. 2024.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 2.

GRANER, F. **Com fama de pragmático e admirador de Galbraith, Haddad é Lula na economia**. 2022. Disponível em: <https://www.jota.info/eleicoes/com-fama-de-pragmatico-e-admirador-de-galbraith-haddad-e-lula-na-economia-09122022>. Acesso em: 04 mar. 2024.

GUIMARÃES, Ueudison Alves; GODKE, Andrea; ROQUE, Silvania Maria; LEANDRO, Anelli de Sena Araujo. As políticas educacionais na pandemia: o ensino híbrido e suas possibilidades. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 4, 2023. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3044>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTvXyTcQHCJFyhsJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2024.

MAINARDES, J.; STREMEL, S. Políticas educacionais em tempos de pandemia. **Argumentum**, v. 13, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/download/33045/23391/107430>. Acesso em: 19 set. 2024.

MARCUSE, H. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. *In*: KELLNER, D. (Ed.). **Tecnologia, guerra e fascismo**: coletânea de artigos de Herbert Marcuse. São Paulo: UNESP, 1999.

MARTINS, C. E. O Brasil e a América Latina na geopolítica mundial da Covid-19 e do caos sistêmico. *In*: AUGUSTO, C. B.; SANTOS, R. D. dos. **Pandemias e pandemônios no Brasil**. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020. p. 27-35.

MAUES, O. C. A Agenda Global da Educação no contexto da Covid-19. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 187-216, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/20679>. Acesso em: 02 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **A educação no Brasil**: uma perspectiva internacional. Tradução: Todos pela Educação. 2021. Disponível em: [https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/06/A-Educacao-no-Brasil\\_uma-perspectiva-internacional.pdf](https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/06/A-Educacao-no-Brasil_uma-perspectiva-internacional.pdf). Acesso em: 04 mar. 2024.

PAÍN, S. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

PAULA, L. F. de. Política econômica para o crescimento e estabilidade macroeconômica: uma abordagem keynesiana com uma referência ao Brasil. *In*: SICSÚ, J.; VIDOTTO, C. (Eds.). **Economia do Desenvolvimento**: teoria e políticas keynesianas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 217-239.

PENA, Grazielle Borges de Oliveira; GONÇALVES, Luciene Pereira da Silva; OLIVEIRA, Kaique de. Análise do papel da escola em tempos de pandemia da Covid-19: sob a ótica do ciclo de políticas de Ball. **Revista e-Curriculum**, v. 20, n. 4, p. 1653-1681, 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/54879>. Acesso em: 22 mar. 2024.

PETROBRAS. **Composição Acionária**. 2023. Disponível em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/visao-geral/composicao-acionaria/>. Acesso em: 01 fev. 2024.

PINTO, M. B.; CERQUEIRA, A. S. Reflexões sobre a pandemia da COVID-19 e o capitalismo. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 38-52, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/30485>. Acesso em: 23 fev. 2024.

RABELO, J. J.; FRERES, H. de A.; LEMOS, A. T. L. A retomada das metas da educação para o século XXI no contexto da pandemia Covid-19: desafios e orientações internacionais para o Brasil. **Educere et Educare**, v. 17, n. 44, p. 206-225, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/29205>. Acesso em: 04 mar. 2024.

SAVIANI, D. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento – Revista de Educação**, n. 4, p. 54-84, 2016.

Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SAVIANI, D. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Revista Roteiro**, Joaçaba, v. 45, p. 1-8, jan./dez. 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/roteiro/v45/2177-6059-roteiro-45-e21512.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

SCAFF, Elisângela Alves da Silva; SOUZA, Kellcia Rezende; BORTOT, Camila Maria. COVID-19 e educação pública no Brasil: efeitos e opções políticas em contexto de vulnerabilidade social. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 6, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/18357>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS (SEDUC-GO). **Relatório de Gestão 2020**. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/files/aceso-a-informacao/RelatoriodeGestaoSEDUC-GO/RelatoriodeGestao2020.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS (SEDUC-GO). **Relatório de Gestão 2021**. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/files/aceso-a-informacao/RelatoriodeGestaoSEDUC-GO/RelatoriodeGestao2021.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS (SEDUC-GO). **Relatório de Gestão 2022**. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/files/aceso-a-informacao/RelatoriodeGestaoSEDUC-GO/RelatoriodeGestao2022.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS (SEDUC-GO). **Relatórios**. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/plano-estadual-educacao/relatorios.html>. Acesso em: 04 nov. 2023.

SENHORAS, E. M. Coronavírus e educação: análise dos impactos assimétricos. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 128-136, 2020. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/135>. Acesso em: 31 jan. 2024.

SILVA, S. A. da; OLIVEIRA, E. G. S. Projeto GOIÁS TEC – Ensino Médio ao alcance de todos: o estado gestor e o desmonte da profissão docente. **Revista Panorâmica Online**, v. 1, p. 143-158, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1296>. Acesso em: 22 fev. 2024.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS (SINTEGO). **Relatório de impacto n.º 7/2023**. Sead/SEDUC-GOep-14328. 2023. Disponível em: <https://sintego.org.br/midias/downloads/01022024120300.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SOARES, P. S. G.; OLIVEIRA, R. S. Contribuições teóricas de Marcuse sobre as novas formas de controle e dominação nas sociedades capitalistas. **Revista**

**Dialectus**, v. 8, n. 14, p. 91-109, jan./jul. 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/46649/1/2019\\_art\\_psgsoaresrsoliveira.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/46649/1/2019_art_psgsoaresrsoliveira.pdf). Acesso em: 10 mar. 2024.

SOUZA, A. G. de; EVANGELISTA, O. **Pandemia! Janela de oportunidade para o capital educador**. Contrapoder, 2020. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/pandemia-janela-de-oportunidade-para-o-capital-educador/>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SOUZA, F. E. O desmantelamento dos cursos de licenciaturas da Universidade Estadual de Goiás ante as políticas autoritárias de governos. **Itinerarius Reflectionis**, Goiânia, v. 17, n. 4, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/67331>. Acesso em: 03 mar. 2024.

STREMEL, S.; MAINARDES, J. O ensino remoto em Minas Gerais: uma análise pelo ciclo de políticas. **Devir Educação**, v. 3, n. 1, 2019. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/460/278>. Acesso em: 20 fev. 2025

TIBALLI, E. F. A. Crise da sociedade, crise da educação: desafios políticos e perspectivas pedagógicas para a educação escolar. **Revista Educativa**, Goiânia, v. 23, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/8749>. Acesso em: 01 abr. 2024.

UNASUS. **Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus**. 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 28 fev. 2024.